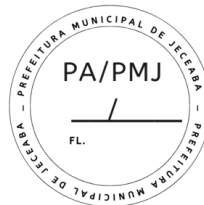




MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA DE JECEABA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
(Processo Administrativo nº 002/2025).

AVISOS IMPORTANTES

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO COMPRASBR.

1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:
 - a) Acessar o painel pregão eletrônico em <https://comprasbr.com.br>.
 - b) Selecionar a opção (CADASTRAR), escolher a opção pessoa jurídica ou pessoa física. Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.
 - c) Após a finalização do cadastro, fazer o login para acessar o sistema.

ATENÇÃO.

Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar na opção ENTRAR, utilizando os dados e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

Havendo dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo telefone (31) 3735-1275. Em caso de ligação é importante que o licitante evite se identificar ou identificar a empresa, assegurando, assim, o relevante sigilo de sua participação na licitação.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Jeceaba, Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 20.356.739/0001-48, sediada à Praça Dagmar de Souza Lobo s/n, bairro centro, Jeceaba-MG, CEP 35498-000, realizará licitação, de registro de preço para **aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se também o Decreto Municipal nº **002/2022** e as exigências estabelecidas neste Edital.

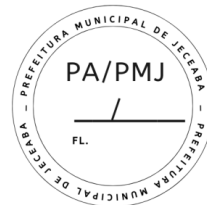
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO: A partir das 13h00min do dia 23/01/2025 até às 08h59min do dia 04/02/2025.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ABERTURA DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO: Às 09h00min do dia 04/02/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 04/02/2025.

Iniciada a Sessão não será admitido o recebimento de propostas e/ou documentação.

LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA: <https://comprasbr.com.br>.

Registra-se que o presente processo licitatório na modalidade pregão na forma eletrônica, será realizado através do sistema – COMPRASBR – PORTAL DE LICITAÇÕES considerando Termo de Acesso concedido ao Município pelo sistema – COMPRASBR – PORTAL DE LICITAÇÕES.

Todas as publicações legais relativos ao presente certame ocorrerão no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, veiculado no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br>, especialmente as decisões proferidas no âmbito deste certame, que serão publicadas no referido meio eletrônico, incluídas aquelas atinentes a respostas de questionamentos, impugnações e demais atos vinculados ao certame, bem como no sítio eletrônico do Município: www.jeceaba.mg.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura, eventual e incerta e eventual **aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

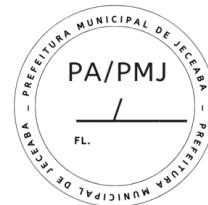
3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



3.4. *Para os itens, cuja participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.4.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5. *Para os itens cuja participação é restrita a empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991.*

3.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.*

3.7. *Não poderão disputar esta licitação:*

3.7.1. *Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);*

3.7.2. *Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;*

3.7.3. *Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;*

3.7.4. *Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;*

3.7.5. *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;*

3.7.6. *Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;*

3.7.7. *Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;*

3.7.8. *Agente público do órgão ou entidade licitante;*

3.7.9. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;*



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observada o disposto nos itens deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

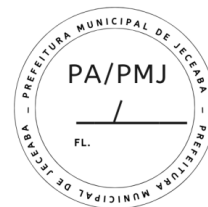
4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

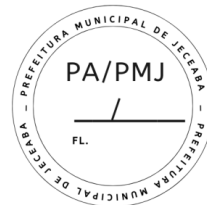
4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor ou desconto..... (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o valor máximo.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

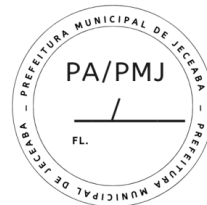
5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

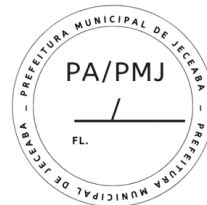
6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



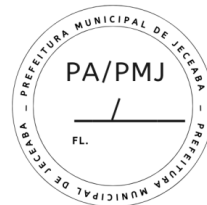
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5 % (cinco por cento).
- 6.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.21.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.21.1.1. Os serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.21.1.2. Os serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.21.1.3. Os serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.21.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.21.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.21.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.21.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.21.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.21.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.21.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

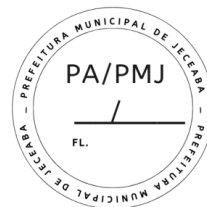
6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. Empresas brasileiras;

6.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

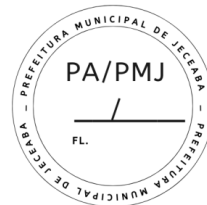
6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

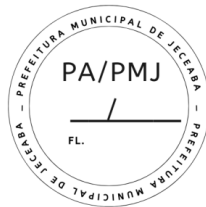
7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



7.8. No caso dos serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

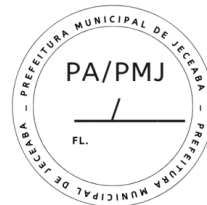
7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

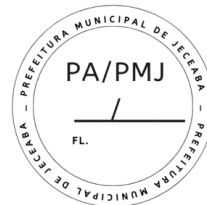
7.21. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



- 7.22. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.
- 7.23. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.
- 7.24. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 7.25. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 7.26. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 7.27. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.
- 7.28. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.
- 7.29. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.
- 7.30. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 7.31. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.
- 7.32. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

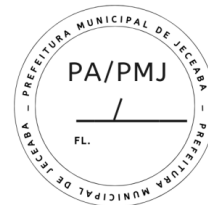
- 8.1. **O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas. Passado o prazo estabelecido pelo pregoeiro, e independentemente do licitante ter inserido a documentação de habilitação em momento anterior ou dentro do referido prazo estabelecido, é que se dará o início da análise habilitatória, não sendo possível ao licitante requerer mais prazo para inclusão de novos documentos.**
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

8.6. **Habilitação jurídica:**

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

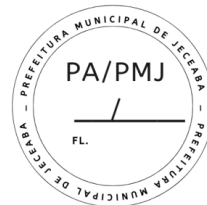
8.7.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



8.7.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

8.7.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.7.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.8. **Qualificação Econômico-Financeira.**

8.8.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.8.2. **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais anteriores**, terão que apresentar balanços referentes aos anos de **2022 e 2023** exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

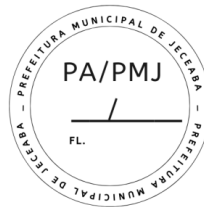
8.8.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



8.8.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.8.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.9. Qualificação Técnica

8.9.1. **Comprovação de aptidão** para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.2. Quanto as **DECLARAÇÕES**, apresentará:

8.9.2.1 - As **licitantes deverão apresentar Declaração Unificada, conforme modelo abaixo**, sem excluir qualquer termo do declarado no modelo sugerido:

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº ..., situada na, por intermédio de seu representante legal, o Sr., abaixo assinado, DECLARA:

1º) que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a sua habilitação para participar do procedimento licitatório, **SRP nº 004/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025**, não se enquadra em nenhum dos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, em função dos quais estaria impedida de licitar ou de contratar com a Administração Pública, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento;

2º) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123/2006 e que não incorre em quaisquer impedimentos legais para usufruir dos benefícios dos artigos 42 a 49 da LC 123/2006;

3º) que não existe nenhum dos impedimentos para que a mesma se beneficie do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente em relação aos incisos I a X, § 4º, artigo 3º da referida Lei.

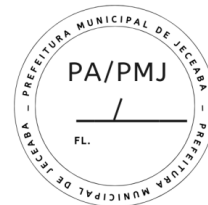
4º) que declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

5º) que declara para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **004/2025**, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

6º) que declara para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 004/2025**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7º) que **declara**, sob as penas da Lei, que seus sócios, **não possuem em qualquer vínculo** com A PREFEITURA MUNICIPAL DE JECEABA - MG.

8º) que declara para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 004/2025**, não ter recebido do Município de Jeceaba, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Assinatura...

(Carimbo de CNPJ da empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento.

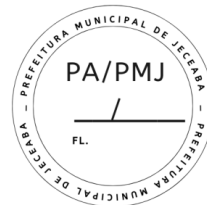
8.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.17.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item (ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.19. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

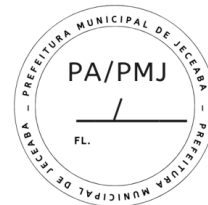
8.21. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.21.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.22. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.22.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. A verificação ou a exigência dos documentos não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.24.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.24.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

8.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.28. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.29. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

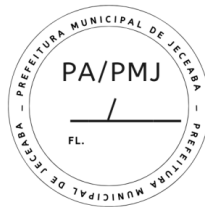
9.1. **Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de**



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

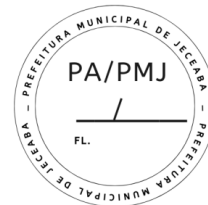
10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recurso será de 20 (vinte) minutos.

11.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

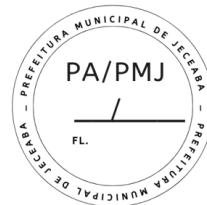
11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [<https://comprasbr.com.br>].

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

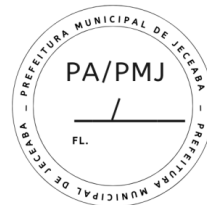
12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

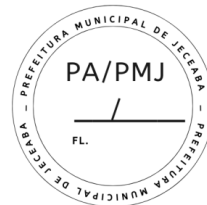
12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte e-mail* licitação@jeceaba.mg.gov.br ou pela plataforma de acesso do sistema utilizado.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

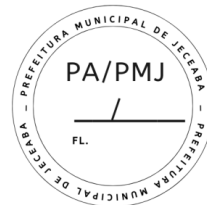
14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- 14.11.2. **ANEXO II – PROPOSTA**
- 14.11.3. **ANEXO III – MINUTA DE ATA REGISTRO DE PREÇO**
- 14.11.4. **ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.**
- 14.11.5. **ANEXO V – PLANILHA DE PREÇO**

Jeceaba, 20 de janeiro de 2025.

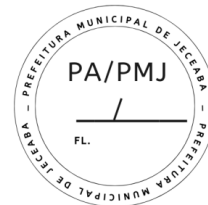
Fábio Vasconcelos
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

1. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Nacional nº 14.133/2021

2. O QUE SERÁ CONTRATADO.

2.1. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda dos alunos da rede municipal de ensino.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A presente aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação do município de Jeceaba, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias

4. EXISTE ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO?

4.1 - A contratação está alinhada com a Lei Orçamentária Municipal e com o Planejamento da Secretaria demandantes.

5. HÁ ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, MAPA DE RISCO E MATRIZ DE RISCO?

5.1 – Sim. A Equipe de Planejamento identificou a necessidade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, do Mapa de Risco – MR e da Matriz de Alocação de Riscos – MAR, de acordo, respectivamente, com O Decreto Municipal nº 002/2022.

6. HÁ PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO?

6.1 - Não. O Município de Jeceaba está em processo de elaboração de seu primeiro Plano Anual de Contratação. Ademais disto, a demanda está devidamente alinhada com a Lei Orçamentária e o planejamento da Secretaria demandante.

7. DESCRITIVO DOS PRODUTOS

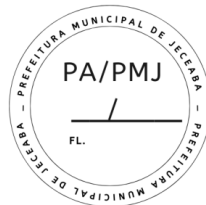
7.1. O descritivo dos bens, os quantitativos, a unidade de medida, a memória de cálculo e a média de preço, são os apresentados na Planilha abaixo, a qual será referência para elaboração da proposta de preço:



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



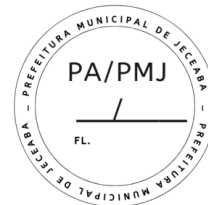
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ED. INFANTIL	ENS. FUND.	EJA	TOTAL
1.	Achocolatado diet, apresentação: pó, sabor: tradicional, prazo validade mínimo: 18 meses, característica adicional: diet, zero açúcar, com redução de calorias e isento de lactose.Com 35% de cacau. Fonte de vitaminas. De boa qualidade.	Achocolatado diet	Embalagem de no mínimo 180 gramas	20	80	-	100
2.	Achocolatado, alimento achocolatado em pó, sendo obtido de matéria prima sã e limpa. Rico em cálcio, fonte de ferro e vitaminas. Embalagem de no mínimo 730 gramas.	Achocolatado em pó	Embalagem de no mínimo 730 gramas	200	400	-	600
3.	Açúcar Cristal, branco, sem impurezas, embalagem de 5 kg, resistente e transparente.	Açúcar	Pacote de 5 kg	100	100	20	220
4.	Adoçante Dietético Culinário Em Pó: Especial Para Cozinha Que Suporta As Altas Temperaturas Do Forno E Do Fogão. Pote com no mínimo 400 g	Adoçante dietético em pó	Pote com no mínimo 400 g	10	10	2	22
5.	Adoçante líquido dietético , 100% stevia natural e totalmente vegetal. Embalagem mínima de 60 ml	Adoçante Stevia	Embalagem mínima de 60ml.	20	40	10	70
6.	Amendoim cru em grão de boa qualidade. Pacote de 500 gramas	Amendoim em grão	Pacote de 500 gramas	10	40	-	50
7.	Amendoim torrado e moído. Embalagem de 500g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Amendoim Torrado e Moído	Embalagem de 500 gramas	40	80	10	150
8.	Amido de milho. Embalagem de 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Amido de Milho	Caixa de 500 gramas	20	35	5	60
9.	Arroz agulha tipo 1, pacote com 05 KG, subgrupo polido, classe longo fino..Isento de sujidades e materiais estranhos. Embalagem em polietileno, com dados de identificação do produto, marca do fabricante,data de fabricação, prazo de validade (mínima de 6 meses), peso líquido. O produto não poderá conter mais do que 5% de quebra. Não será aceita embalagem com qualquer alteração (rasgos ou furos).	Arroz tipo I	Pacote de 5 kg	600	1300	100	2000
10.	Aveia em flocos – Flocos finos, isenta de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem plástica de 170 gramas.	Aveia em flocos	Embalagem de no mínimo 170 gramas	100	50	-	150
11.	Azeite de oliva extra virgem Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	Azeite de Oliva	Embalagem de 500 ml	50	140	10	200
12.	Batata palha; com cor, odor e sabor característicos, crocante, isenta de gordura trans. Embalagem	Batata palha	Embalagem de 500 gramas	40	150	10	200



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



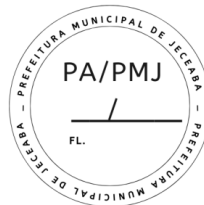
	acondicionada em embalagem plástica de 500 gramas. validade: mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto						
13.	Biscoito Amanteigado – com embalagem Multipacks de 248g com dupla proteção. Sabores variados (chocolate, leite, coco)	Biscoito Amanteigado	Embalagem de 248 gramas	800	600	-	1400
14.	Biscoito de arroz integral Sem glúten, sem leite e derivados e sem ovo. Ingredientes: arroz integral e sal iodado. Não deve conter glúten, leite e ovo. O biscoito deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 80g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Biscoito de Arroz	Embalagem de no mínimo 95 gramas	50	50	-	100
15.	Biscoito Cream Cracker – consistência crocante– com embalagem Multipacks de 345g com dupla proteção. Contendo no mínimo 3% de fibras alimentares, 0% de gorduras trans, máximo de 10% de sódio.	Biscoito Cream Craker	Embalagem de 345 gramas	500	500	-	1000
16.	Biscoito cream cracker sem lactose Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar e sal. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Não poderá conter leite e derivados, lactose e nenhum resíduo de leite, devendo ser adequado aos alérgicos à proteína do leite de vaca. Não poderá conter gordura trans, gordura vegetal hidrogenada, colesterol e edulcorantes naturais e/ou artificiais. O produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 83 (Decreto 12.486/78) e RDC N° 26, de 2 de Julho de 2015.	Biscoito cream cracker sem lactose	Embalagem de no mínimo 330 gramas	50	50	-	100
17.	Biscoito de polvilho, isento de glúten, formato tipo argola, embalado em sacos plásticos transparente resistentes, pesando 200 gramas. 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data	Biscoito Polvilho	Pacotes de 200 gramas	500	500	-	1000



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	de fabricação, validade e lote. Produtos DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto.						
18.	Biscoito Maisena, contendo no mínimo 2% de fibras alimentares, 0% de gorduras trans e 5% de sódio. Com embalagem Multipacks de 345g com dupla proteção.	Biscoito Maisena	Embalagem de 345 gramas	500	500	-	1000
19.	Biscoito Maisena sem Lactose. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, creme de milho, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, emulsificante: Lecitina de soja, fermentos químicos, bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato de ácido de sódio, melhorador de farinha, metabissulfito de sódio, aroma artificial de baunilha e aroma idêntico ao natural. Embalagem com no mínimo 330G.	Biscoito Maisena sem Lactose	Embalagem de no mínimo 330G	40	40	-	80
20.	Biscoito Sequilhos. Características Técnicas: Fécula de mandioca, gordura vegetal, leite de coco, açúcar confeiteiro, emulsificante lecitina de soja. sem Glúten, sem ovos e sem lactose. embalagem intacta, acondicionada em pacotes de no mínimo 350g. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações : nome e / ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Biscoito Sequilhos	Embalagem de 350 gramas	150	50	-	200
21.	Biscoito Tipo Pit Stop, Clube Social, Minuto- Integral. Embalados individualmente por porção.	Biscoito Tipo Pit Stop Integral	Embalagem de no mínimo 140 gramas	100	100	-	200
22.	Biscoito Tipo Rosquinha, sabores variados (nata, coco, leite, chocolate) embalagem de 350 gramas.	Biscoito Rosquinha	Embalagem de 350 gramas	600	800	-	1400
23.	Biscoito Tipo Salpete - consistência crocante, em embalagens individuais pacote com 200g.	Biscoito Salpete	Embalagem de 200 gramas	500	800	-	1200
24.	Bisnaguinha – pãozinho tipo bisnaguinha de primeira qualidade. Embalagem de 300 gramas, contendo aproximadamente 15 unidades. Porção de 2 unidades 40 gramas.	Bisnaguinha	Embalagem de 300 gramas	600	400	-	1000
25.	Cacau em pó, embalagem de 200 gramas puro, contendo 100% cacau, sem açúcar, sem glúten, sem amido de milho. Sem conservantes e outros aditivos. com cor e odor característicos. Com rótulo contendo informação nutricional, identificação, data de fabricação. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	Cacau em pó	Embalagem de 200 gramas	100	50	-	150
26.	Canela em pó de boa qualidade, Embalagem de 30 gramas	Canela em pó	Embalagem de 30 gramas	40	20	-	60
27.	Canjica Branca, produzida com grãos inteiros, tipo 1, sãos, isentos de	Canjica	Pacote de 500 gramas	100	250	50	400



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	sujidades. Embalagem de 500 gramas.						
28.	Canjiquinha de milho, amarela, tipo 1, embalada em pacote plástico transparente resistente de 500g. Rótulo com prazo de validade/lote bem visível e informação nutricional.	Canjiquinha de Milho	Pacote de 500 gramas	150	150	50	350
29.	Coco ralado, sem sacarose, baixo teor de gordura, sem aditivo. Embalagem atóxica de 200 gramas.	Coco ralado	Embalagem de 200 gramas	100	100	20	220
30.	Condimento de Urucum, em pó, homogêneo. Embalagem de 500 gramas.	Condimento de Urucum	Embalagem de 500 gramas	30	100	10	140
31.	Creme de leite - creme de leite uht homogeneizado, sem necessidade de refrigeração, embalagem 200g, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa. prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Creme de leite	Caixinha de 200 gramas	50	130	20	200
32.	Creme de leite zero lactose (200g) Creme de leite padronizado a 20% de gordura. Homogeneizado para dietas com Restrição de Lactose - Zero Lactose. Deve ter na embalagem: NÃO CONTÉM GLUTÉN. Embalagem de tetra pack. Embalagem de 200g. A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote. Validade de 12 meses a contar da data da entrega.	Creme de leite zero lactose	Caixinha de 200 gramas	5	5	-	10
33.	Ervilha Grãos inteiros selecionados com cor; sabor, odor e textura próprios do ingrediente, deverá também apresentar uniformidade de tamanho e formato. O produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 31 (Decreto 12.486 de 20/10/78) e demais legislações vigentes pertinentes ao produto. Validade mínima de 6 meses da entrega	Ervilha	Embalagem de 170 gramas	40	50	10	100
34.	Extrato de Tomates concentrado, feito apenas por tomates sem pele e sementes. Sem adição de açúcar e sal. Embalagens de 300 gramas. A embalagem deve conter a data de fabricação, data de validade, lote. Validade mínima de 3 meses na data da entrega.	Extrato de Tomate	Embalagem de 300 gramas	300	650	50	1000
35.	Farelo de aveia 100% natural, sem aditivos ou conservantes, lacre de segurança, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de validade, peso líquido, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - cnpa. Validade mínima 6 meses a contar da entrada	Farelo de Aveia	Embalagem de 500 gramas	100	-	-	100



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



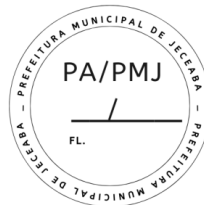
36.	Farinha de aveia, integral, embalagem de no mínimo 165 gramas, de boa qualidade, livre de sujidades, com rótulo, validade e informações nutricionais.	Farinha de aveia	Embalagem de no mínimo 165 gramas	100	100	-	200
37.	Farinha de Mandioca Torrada, grupo seco, subgrupo fina, não deve ter cheiro azedo, nem manchas de cor escura, embalagem de 1 quilo com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Farinha de Mandioca Torrada	Pacote de 1 kg	80	200	20	300
38.	Farinha de rosca de boa qualidade. Embalagem contendo 01Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Farinha de Rosca	Pacote de 1 kg	10	20	-	30
39.	Tapioca - Goma de tapioca hidratada, contendo fécula de mandioca, água, antioxidante e conservador, sem sódio. A embalagem deverá conter externamente. Os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico.	Tapioca	Pacote de 1 kg	100	-	-	100
40.	Farinha de trigo com fermento, especial. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Farinha de Trigo com Fermento	Pacote de 1 kg	100	100	-	200
41.	Farinha de trigo especial. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Farinha de Trigo	Pacote de 1 kg	200	100	-	300
42.	Farinha de Trigo Integral, produto obtido a partir do cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios. Embalagem de 1 kg.	Farinha de Trigo Integral	Embalagem de 1kg	50	50	-	100
43.	Flocos de milho, tipo flocão pré-cozido, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem c/ 500g e enfiamento (30x500g) livre de fermentação, parasitas, mofo e materiais terrosos a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, embalagem íntegra e isenta de avarias, rotulagem segundo as especificações, conforme dados das disposições da legislação vigente, validade mínima 6 meses a contar da entrada.	Flocos de milho	Embalagem de 500 gramas	100	-	-	100
44.	Feijão Carioca, Tipo 1, novo,	Feijão Carioca	Pacote de 1	1200	1600	200	3000



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



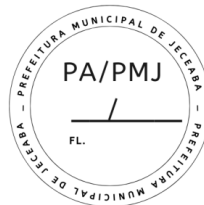
	constituído de grãos inteiros e sem teor de umidade de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.		kg				
45.	Feijão Preto Tipo 1, Novo, de boa qualidade, constituídos de grãos inteiros e sadios, com umidade permitida em lei. Embalagem plástica intacta de 01 kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, pregos, paus. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	Feijão Preto Tipo 1	Embalagem de 1kg	100	190	10	300
46.	Feijão Tipo Vermelho, grupo beneficiado, tipo 1 novo, máximo de impurezas de 2%, constituído de grãos inteiros, sãos, isentos de materiais terrosos, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem atóxica e transparente de 1 kg. Boa qualidade.	Feijão Vermelho	Embalagem de 1 kg	100	190	10	300
47.	Fermento biológico em pó, embalagem de 125 gramas, de boa qualidade.	Fermento biológico em pó	Embalagem de 125 gramas	20	10	-	30
48.	Fermento químico em pó, de primeira qualidade.	Fermento Químico em pó	Pote de 250g	50	100	-	150
49.	Fubá de milho, tipo mimoso, grupo seco, subgrupo fino, isento de matéria terrosa, parasitos e larvas; sem fermentação ou ranço; sem bolores ou leveduras. De primeira qualidade. Embalagem transparente de 1 kg.	Fubá	Embalagem de 1 kg	200	400	50	650
50.	iogurte com preparo de frutas, para dietas com restrição de lactose, de boa qualidade	iogurte 0 lactose	Embalagem de no mínimo 140 gramas	400	-	-	200
51.	iogurte com preparo de frutas, zero açúcar, de boa qualidade	iogurte diet	Embalagem de no mínimo 160 gramas	200	50	-	250
52.	iogurte de Frutas comum com polpa de frutas sabores variados, pote de no mínimo 110g. Embalagem contendo: fabricação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde/SIM.	iogurte	Frasco de no mínimo 110 gramas	8000	2000	-	10000
53.	iogurte natural, integral, ingredientes: leite e fermento. Produzido com matérias primas limpas, isentas de sujidades.	iogurte Natural	Embalagem de no mínimo 160 gramas	400	100	-	600
54.	Leite a base de proteína de soja. Embalagem Tetrapak, embalagem íntegra e hermeticamente fechada deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de	Leite a base de proteína de soja	Embalagem de 1 litro	200	50	-	250



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



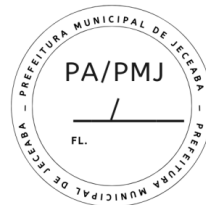
	lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.						
55.	Leite de soja em pó, embalagem de 300g, integral, instantâneo, sabor natural, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou lata de alumínio, limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Data de validade mínima de quatro meses a contar da data de entrega do produto.	Leite de soja em pó	Embalagem de 300 gramas	40	40	-	80
56.	Leite Fermentado com lactobacilos vivos (80 ml) pacote com 06 unidades: Ingredientes: Elaborado com leite pasteurizado, fermento e produtos naturais, contendo lactobacilos vivos, podendo conter outros ingredientes desde descrito e conforme legislação vigente Informação Nutricional mínima (80G): Valor energético 43 kcal, carboidrato 8g, proteína 1,6g, cálcio 64mg, Embalagem Primária: Garrafas plásticas (e/ ou caixa treta Pack) de leite fermentado 80g com tampa selo de alumínio. Invólucro com filme plástico com seis unidades. Prazo de validade: No mínimo 30 dias da data de fabricação, com fabricação recente na data da entrega	Leite Fermentado	Garrafas plásticas (e/ ou caixa treta Pack) de 80 ml	2000	1000	-	3000
57.	Leite UHT desnatado em embalagem tetrapack de boa qualidade. Contendo os seguintes ingredientes: Leite desnatado, estabilizantes citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio, trifosfato de sódio. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. 0% de teor de gordura. Validade até 4 meses.	Leite Desnatado UHT	Caixa de 1 litro	150	150	-	300
58.	Leite, em pó, integral, instantâneo. Com conteúdo da matéria gorda maior que 26%. Pó uniforme, sem grânulos, cor branco-amarelada, odor e sabor agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido. Enriquecido com vitamina A e D. Pacote aluminizado de 1 kg. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.	Leite em pó integral	Pacote de 1kg	50	250	-	300
59.	Leite, líquido, integral, pasteurizado, longa vida. Embalagem tetra pack com 01 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	Leite Integral Longa Vida	Caixa de 1 litro	4000	4500	-	8500



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



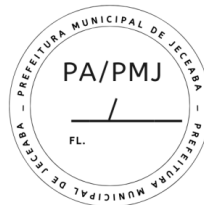
	Validade mínima de 3 meses no ato da entrega.						
60.	Leite UHT zero lactose, para dietas com restrição à lactose. Embalagem Tetra pack de 1.000ml rotulado conforme legislação vigente. Validade: prazo mínimo de 120 dias da data de fabricação	Leite UHT zero lactose	Embalagem de 1 litro	100	100	-	200
61.	Leite em pó integral sem lactose leite integral, enzima lactase. Poderá conter vitaminas, minerais e emulsificante lecitina de soja. Não deverá conter gordura trans de adição, corantes, açúcar, edulcorantes e soro de leite. O produto deverá apresentar registro completo no ministério da agricultura CIF/DIPOA, estar de acordo com a NTA 02 e 79 (Decreto 12.486/78), RDC nº 259 de 20 /09/2022, RDC nº 429 de 08/10/2020 e Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020.	Leite em pó integral sem lactose	Embalagem de 300 gramas	100	100	-	200
62.	Louro em folhas desidratadas de boa qualidade.	Louro	Pacote de no mínimo 4 gramas	10	80	10	100
63.	Macarrão de sêmola tipo parafuso Deverá ser fabricado a partir de matérias – primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico, registro no ministério da agricultura – sif. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Macarrão sêmola parafuso	Pacote de 500 gramas	40	-	-	40
64.	Macarrão de sêmola tipo espaguete Deverá ser fabricado a partir de matérias – primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico, registro no ministério da agricultura – sif. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Macarrão sêmola espaguete	Pacote de 500 gramas	40	-	-	40
65.	Macarrão, espaguete número 08, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido Macarrão espaguete, com ovos, embalagem resistente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	Macarrão Espaguete	Pacote de 500 gramas	200	600	100	900
66.	Macarrão, Padre Nosso, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Macarrão Padre Nosso	Pacote de 500 gramas	300	-	-	300
67.	Macarrão, Parafuso, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de	Macarrão Parafuso	Pacote de 500 gramas	100	350	50	500



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



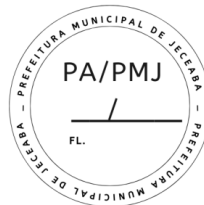
	validade, peso líquido.						
68.	Macarrão sem Glúten, massa alimentícia sem glúten, tipo espaguete número 8. Embalagem de 500 gramas.	Macarrão sem Glúten tipo espaguete	Embalagem de 500 gramas	40	10	-	50
69.	Macarrão sem Glúten, massa alimentícia sem glúten, tipo padre nosso. Embalagem de 500 gramas.	Macarrão sem Glúten tipo Padre Nosso.	Embalagem de 500 gramas	40	10	-	50
70.	Manteiga com sal, de primeira qualidade. Ingrediente obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura ambiente, textura lisa e uniforme. Sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave característico. Sem odor e sabor estranho. O produto deverá ser registrado no Ministério da Agricultura em embalagens e temperaturas corretas. Embalagem de 500 gramas	Manteiga	Embalagem de 500 gramas	200	200	-	400
71.	Milho para pipoca, produzido com grãos inteiros, tipo 1, são, isentos de sujidades. Embalagem de 500 gramas.	Milho para pipoca	Embalagem de 500 gramas	-	580	20	600
72.	Milho verde, milho em conserva, sem alterações de cor, aroma ou sabor, livre de fermentação, mofo ou bolores de qualquer tipo. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem de flandres, com verniz sanitário, recravadas, intacta, limpa, sem ferrugem e sem partes amassadas, sem estufamentos, sem vazamento, corrosão interna e outras alterações. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Milho verde	Embalagem de 170 gramas	100	100	-	200
73.	Molho Inglês, composição básica: vinagre, água, molho de soja, condimentos, especiarias. Embalagem de 500ml.	Molho Inglês	Embalagem de 500 ml	10	80	10	100
74.	Óleo de soja, refinado, obtido de um único vegetal, com apresentação, aspecto e cor característicos, isentos de ranço e outras características indesejáveis, tipo 1. Embalagem de 900 ml. Boa qualidade.	Óleo de soja	Embalagem de 900ml	600	1250	150	2000
75.	Orégano desidratado: erva seca, sem adulterações e contaminações de qualquer espécie. Pacote de no mínimo 5 gramas.	Orégano	Pacote de no mínimo 5 gramas	20	70	10	100
76.	Pão de forma integral, bem acondicionado, assado ao ponto. No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto.	Pão de Forma Integral	Pacote de 500 gramas	500	100	-	600
77.	Pão francês pesando em média 25 gramas cada depois de assado, fresco do dia da entrega elaborado com farinha de trigo isento de impurezas e corpos estranhos.	Pão Francês Mini	Unidade de no mínimo 25 gramas	8000	10000	-	18000
78.	Pão francês pesando em média gramas	Pão Francês	Unidade de	1000	2000	-	3000



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



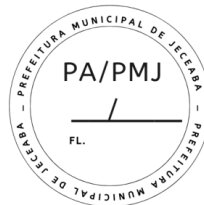
	cada depois de assado, fresco do dia da entrega elaborado com farinha de trigo isento de impurezas e corpos estranhos.		no mínimo 50 gramas				
79.	Polvilho tipo Azedo, coloração branca, isento de sujidades, com validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega.	Polvilho Azedo	Pacote de 1 kg	100	100	-	200
80.	Polvilho doce, de primeira qualidade, sem sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Validade mínima de 6 meses da entrega	Polvilho Doce	kg	100	-	-	100
81.	Sardinha em óleo de soja, comestível, embalagem industrial, peso líquido 125g, preparada com sardinhas frescas, limpas, evisceradas, descabeçadas, descamadas, livre de nadadeiras e submetidas a prévia inspeção sanitária. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Sardinha	Embalagem de 125 gramas	200	-	-	200
82.	Sal refinado e iodado Refinado, para consumo doméstico, embalagem de 1kg com marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registro no Ministério da Saúde.	Sal	Pacote de 1 kg	150	400	50	600
83.	Suco Concentrado de Abacaxi, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 2 litros	Suco Concentrado de Abacaxi	Embalagem de 500 ml	50	100	50	200
84.	Suco concentrado de caju. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 05 litros. Percentual mínimo de polpa no produto final: 25%	Suco Concentrado de Caju	Embalagem de 500 ml	100	200	20	320
85.	Suco Concentrado de Goiaba, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Suco concentrado de Goiaba. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 2 litros	Suco Concentrado de Goiaba	Embalagem de 500 ml	100	100	20	220



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



86.	Suco Concentrado de Maracujá, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Suco concentrado de Maracujá. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 4,5 litros	Suco Concentrado de Maracujá	Embalagem de 500 ml	100	100	20	220
87.	Tempero natural Chimichurri tempero feito a partir da desidratação de algumas ervas, ingredientes: alho, cebola, cebolinha verde, salsa, tomate orégano, pimentão, manjerição, louro, noz moscada, alecrim e sem sinais de presença de insetos e isenta de avarias, bem embalado em sacolas plásticas e atóxicas, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, lote de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Chimichurri	Embalagem de no mínimo 15 gramas	100	150	-	250
88.	Tempero natural Açafrão em pó, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Deverá estar com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 6 meses da entrega	Açafrão em pó	Embalagem de no mínimo 50 gramas	20	30	-	50
89.	Trigo para kibe De primeira qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro.	Trigo para Kibe	Pacote de 500 gramas	100	-	-	100
90.	Torrada integral a base de cereais, sem adição de açúcar. Embalagem de no mínimo 120 gramas.	Torrada Integral	Embalagem de no mínimo 120 gramas	10	40	-	50
91.	Uva passa escura, sem sementes, sem adição de açúcares, 100% natural.	Uva passa	Embalagem de 500 gramas	100	-	-	100
92.	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermento acético de maçã hidratada, conservante NSS224, acidez média 4,24 não contém glúten, frasco com 750ml.	Vinagre de Maçã	Embalagem de 750 ml	40	150	10	200
93.	Abacaxi com grau médio de amadurecimento de boa qualidade com peso mínimo de 1,0 kg e máximo de 1,5 kg	Abacaxi	Unidades	600	400	-	1000
94.	Abóbora moranga, íntegras coloração e tamanho uniformes. Não serão tolerados os defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo	Abóbora moranga	kg	300	200	50	550



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



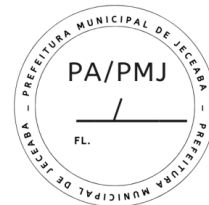
	como: podridão, mancha vinho, folha na cabeça, flores peludas, danos físicos e/ou mecânicos. O produto deverá estar, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.						
95.	Abobrinha Brasileira: de boa qualidade; apresentando o tamanho uniforme e suficientemente desenvolvida; estando livre de enfermidades, defeitos graves que alterem a sua com formação e aparência; sem danos de origem física ou mecânica (rachaduras, perfurados e cortes).	Abobrinha	Kg	200	200	50	450
96.	Alho tipo branco, graúdo, apresentação grãos com casca, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, qualidade firme e intacto, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas.	Alho	kg	200	380	20	600
97.	Banana Prata extra, grau médio de amadurecimento (macias e pontas verdes). Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, de danos por lesão de ordem física ou mecânica; aroma, cor e sabor próprios da espécie, tamanho desenvolvido e uniforme.	Banana Prata	kg	1600	3000	400	5000
98.	Batata Baroa de boa qualidade fresca, compacta e firme, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida	Batata Baroa	kg	200	-	-	200
99.	Batata Inglesa, de 1ª qualidade; compacto e firme; sem defeitos sérios; apresentando tamanho e conformação uniformes; devendo ser bem desenvolvida, sem manchas esverdeadas e livres de brotos.	Batata Inglesa	kg	1000	2500	500	4000
100.	Beterraba, classe extra, fresca; fresca, firme e intacta, com diâmetro equatorial entre (50 a 80) mm, média, ao apresentar defeitos int e ext. que prejudiquem o consumo como, dano profundo, murcho, passado, podridão.		Kg	200	200	-	400
101.	Cebola, sem réstia, tamanho médio não apresentar defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo com brotado, dano mecânico mancha negra (carvão), parcialmente sem película ou podre.	Cebola	kg	300	500	100	900
102.	Cenoura: média, não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo, como: dano mecânico, deformação, injúria ragas, lenhosa, murcha, ombro verde ou roxo, podridão mole, podridão seca, rachada.	Cenoura	kg	200	450	50	700
103.	Chuchu para consumo fresco, verde claro, médio, com peso entre 250 e 449gr, não apresentar defeitos internos e externos. que prejudiquem o consumo, dano profundo, defeito grave, fibroso e podridão.	Chuchu	Kg	100	100	50	250
104.	Inhame extra. Deverá estar fresco,	Inhame	kg	200	150	50	400



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



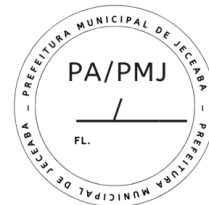
	isentos de sinais de brotação, mofo, áreas amolecidas ou enrugadas. Livres da maior parte possível de terra aderente à casca. Não serão tolerados defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo.						
105.	Laranja Pera, casca firme e brilhante, sem qualquer amolecimento ou bolor esbranquiçado nos extremos.	Laranja Pera	kg	2000	3800	200	6000
106.	Limão Taiti. Com tamanhos regulares, de primeira qualidade, sem deterioração, grau médio de amadurecimento, com casca sã, sem rupturas.	Limão Taiti	kg	50	50		100
107.	Maçã Gala, tamanho médio de 120g a 150g a unidade, grau médio de amadurecimento. Não apresentando manchas, machucaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros de feitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes.	Maçã Fuji	kg	800	2000	200	3000
108.	Mamão Formosa, a fruta deve estar firme, sem manchas, rachaduras ou picadas de insetos, a casca deve estar mais amarela do que verde	Mamão Formosa	kg	200	200	-	400
109.	Manga, tipo rosa, aspecto globoso, mista verdes e maduras, cor própria com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e sem lesões de origem física, acondicionadas em embalagem própria.	Manga Tommy	kg	1600	400	-	2000
110.	Melancia redonda média com superfície uniforme (frutas com peso de 8 a 10kg)	Melancia	kg	2000	5600	400	8000
111.	Melão, redondo, casca lisa, graúdo, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta	Melão	kg	200	-	-	200
112.	Ovos branco, tamanho grande, íntegros (sem rachaduras) e sem sujidades na casca	Ovos Branco	Pente com 30 unidades	300	350	50	700
113.	Pera argentina, in natura, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa intacta firme, livres de resíduos de fertilizantes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Pera	Kg	1200	1800	-	3000
114.	Pimentão verde, tamanho médio	Pimentão Verde	kg	50	80	20	150
115.	Tomate, grau médio de amadurecimento, bem firmes, lisos, de cor uniforme, sem manchas ou rachaduras.	Tomate	kg	400	1000	100	1500
116.	Carne Bovina em cubos tipo Patinho ou acém, resfriada, limpa e sem gorduras ou similares, sem osso. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	Carne Bovina em Cubos	kg	500	1200	100	1800
117.	Carne Bovina Moída, tipo patinho ou	Carne Bovina	kg	500	1200	100	1600



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	acém, resfriada, com no máximo 5% de gordura, sem cartilagens e ossos. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	Moída					
118.	Carne Suína em Cubos, tipo Perna, limpa e sem gorduras ou similares, sem osso, resfriada. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	Carne Suína em Cubos	kg	500	1200	100	1800
119.	Coxa e sobrecoxa de frango, congelado, não temperado. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	Coxa e Sobrecoxa de Frango	kg	-	200	-	200
120.	Coxinha da asa, congelada, não temperada, embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	Coxinha da Asa	kg	100	-	-	100
121.	Filé de Peito de Frango, limpo e sem gorduras e similares, sem osso, sem pele. Congelado, não temperado. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	Filé de Peito de Frango	kg	500	1200	100	1800
122.	Linguiça Gomo Suína, resfriada, de boa qualidade. Contendo os seguintes ingredientes: carne suína, sal, condimentos, conservadores e antioxidantes, não contendo carnes mistas. Embalagem resistente que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento. Validade mínima de 30 dias.	Linguiça	kg	300	600	100	1000

7.2 - **A quantidade descrita** na Planilha acima foi apurada por meio do levantamento realizado para a Secretaria Municipal de Educação. Trata-se de um registro de preço que buscou economicidade com a centralização das necessidades das Secretarias em um único procedimento.

7.3 - Correrão por conta da CONTRATADA, o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, todas as despesas inerentes a Legislação Trabalhista, Previdenciária, Tributária e outras decorrentes da execução dos serviços, bem como, a responsabilidade perante terceiros.

7.4 - Os hortifrutigranjeiros (itens 94 ao 116) deverão ser entregues semanalmente na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com planilha encaminhada pelo serviço de Alimentação Escolar.

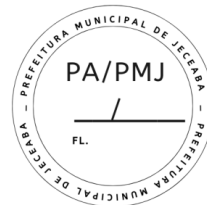
7.5 - A entrega das carnes (itens 117 aos 123) e iogurtes deverá ser realizada semanalmente, de acordo com requisição encaminhada pelo serviço de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



* O pão francês mini, terá entrega semanal (terça-feira às 06:30) de acordo com a necessidade e requisição encaminhada pelo serviço de Alimentação escolar.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

8.1 - O sistema de fornecimento dos objetos licitados será em entrega parcelada, pelo período de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão da Ordem de Compra mediante requisição do Setor de Compras, que será emitida em 2 (duas) vias, nos termos do **Artigo 6º Inciso XXIII Letra A – da Lei nº 14.133/2021.** .

8.2 - Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes do fornecimento produtos.

8.3 - Por ocasião da entrega dos produtos, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.

8.4 - Por ocasião do fornecimento dos produtos, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

8.5 - Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, forma de 30 (trinta) dias após o recebimento da **ordem de compra**, enviada pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.6 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da aquisição nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8 - A empresa deverá entregar os produtos nos locais e endereços constantes da Ordem de Compra, emitidos pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Jeceaba.

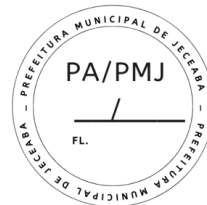
8.9 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser alterado no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9. DA VIGENCIA DO CONTRATO.

9.1 - A vigência do contrato vigorará por 12 meses a contar da assinatura, podendo o contrato da Ata de Registro de Preço ser prorrogado por igual período.

10 - PROVA DE QUALIDADE, AMOSTRAS, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE? Não.
2. O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA. NAO.
3. SERÁ EXIGIDA GARANTIA DO PRODUTO Sim.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

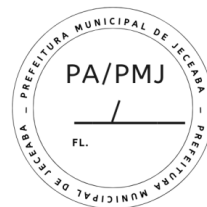
- 11.1 - Requisitar, por meio de Requisição de Fornecimento produtos, os produtos, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante e atestar o recebimento gradual dos produtos.
- 11.2 - Conferir o fornecimento dos produtos, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos produtos nas condições especificadas.
- 11.3 - Proporcionar condições à licitante vencedora para fornecimento dos produtos dentro das normas estabelecidas.
- 11.4 - Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento/serviço se for o caso.
- 11.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.
- 11.6 - Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.
- 11.7 - Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



11.8 - Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.

11.9 - Realizar o acompanhamento e sinalizar, caso houver necessidade, possíveis ajustes.

11.10 - Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

11.11 - Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades realizadas pela contratada durante o período que vigorar o contrato. Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.

11.12 - Acompanhar e fiscalizar os serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.

11.13 - Disponibilizar o orçamento anual aplicado pelo contratante no setor, mês a mês, no ultimo e previsão de aplicação destes mesmos recursos para o ano seguinte;

11.14 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

12.2 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando o fornecimento dos produtos em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade no fornecimento/serviço dos produtos;

12.3 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;

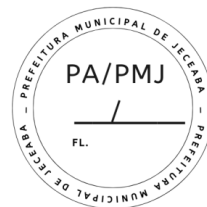
12.4 - Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar o fornecimento dos produtos, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



12.5 - Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;

12.6 - Fornecer produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas vigentes. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei;

12.7 - Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.

12.8 - Não transferir, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos;

12.9 - Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento dos produtos;

12.10 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do fornecimento dos produtos do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.

12.11 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento dos materiais/serviços.

12.12 – Todos os custos referentes ao pagamento do pessoal a ser treinado, hospedagem e alimentação será arcado integralmente pela CONTRATADA, cabendo a Prefeitura disponibilizar apenas local adequado para fazer o treinamento e o treinador para realização do treinamento;

12.13 - Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

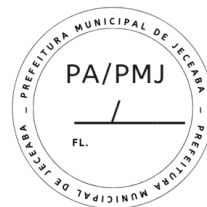
12.14 - Ser a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, provenientes da prestação



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do MUNICÍPIO.

12.15 - Entregar os produtos objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

12.16 - Manter, durante a entrega dos produtos, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

12.17 - Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

12.18 - Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo.

12.19 - Credenciar junto ao MUNICÍPIO funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

12.20 - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

12.21 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do MUNICÍPIO;

12.22 - Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do MUNICÍPIO ao serviço em questão.

12.23 - Cientificar, imediatamente, a fiscalização do MUNICÍPIO qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço da entrega dos produtos..

12.24 - Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização do MUNICÍPIO;

13 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

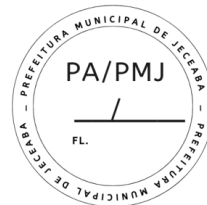
13.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato, **nos termos da Lei 14.133/2021.**

14. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

14.1 - O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura. A Nota Fiscal deverá informar a modalidade e número da licitação, descrição detalhada do objeto, número do empenho e dados bancários acompanhados das provas de regularidade com Previdência Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidões de Regularidade Fiscal das Fazendas Públicas da União, Estado e Município e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos 11 - Trabalhistas, conforme prevê a Lei nº 12.440/2011, e estar devidamente atestada pela Secretaria competente e Gestor do Contrato. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;

14.2 - Na nota fiscal/fatura relativa ao objeto entregue, entre outras informações deverão constar: referência explícita e acorde com o Contrato decorrente deste processo licitatório; descrição mais completa possível dos itens; quantidades e preços unitários de cada lote ofertado.

14.3 - A Contratada deverá apresentar junto com a Nota Fiscal/fatura, quando for o caso:

14.3.1. Fatura discriminada, devidamente atestada pelo(s) fiscal(ais) designado(s) pela Administração;

14.3.2. Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota Fiscal se houver;

14.3.3. Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples. Deverão ser informadas na Nota Fiscal as empresas que são optantes pelo simples nacional, assim como as alíquotas constantes nos anexos;

14.3.4. Recolhimento do INSS relativo aos funcionários (Guia da Previdência Social – GPS);

14.3.5. Recolhimento do FGTS relativo aos funcionários (Guia de Recolhimento do FGTS – GRF);

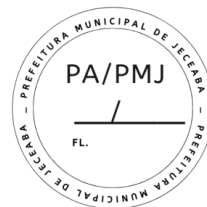
14.3.6. Certidões de regularidade fiscal das Fazendas Públicas Nacional, Estadual e Municipal.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



14.4. O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido, os mesmos serão devolvidos à Contratada para nova apresentação.

14.5. Caso a Contratada entregue certidão com data expirada ou que venha a expirar antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

14.6. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 10.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.7 - O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária ou cheque nominal;

14.8 – Todos os critérios de pagamentos estão amparados neste termo na forma do **artigo 141, da Lei nº 14.133/2021**.

15. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO.

15.1 A fiscalização do Contrato será exercida pela servidora, conforme indicado no **artigo 120 da Lei Nacional nº 14.133/2021**.

15.2 Competirá ao fiscal dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.

15.3 A fiscalização fixada neste Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios etc. e na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o **artigo 120 da Lei Nacional nº 14.133/2021**.

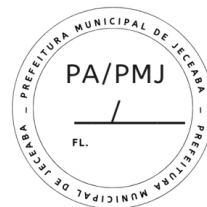
15.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



15.5 O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

15.6 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissionais exigidas;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) A satisfação do público usuário.

15.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

15.8 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

15.9 A contratada deverá oportunizar o desenvolvimento de atividades que se integrem com a realidade dos estudantes, bem como aplicar de forma adequada o material didático que será fornecido pela prefeitura municipal de Jeceaba;

15.10 Os conteúdos a serem trabalhados deverão ser adequados a faixa etária dos estudantes, de acordo com o material didático pedagógico e calendário escolar, fornecido pela secretaria de educação.

16 – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1 - pro se tratar de registro de preço é dispensada a dotação orçamentária.

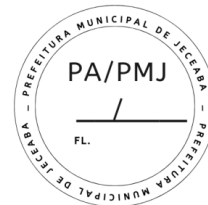
17 – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



17.1 - É responsabilidade da licitante vencedora providenciar todo e qualquer documento necessários para execução do objeto, assim como licenças ambientais e outros, quando necessário.

18 – DA RESCISÃO.

18.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos do **artigo 137 da Lei nº14.133/2021**.

18.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

19 – DO JULGAMENTO

19.1 - Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Edital e seus anexos, apresente o menor preço **por item, nos termos do artigo 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021**.

20 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO.

20.1 - A descrição da solução como um todo abrange contratação de empresa para **contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar**, com intuito de viabilizar ações e metas estabelecidas no orçamento anual do Município, apoiando o cumprimento de sua missão Institucional como referência a qualidade dos produtos a ser adquiridos.

20.2 - Conforme evidencia o levantamento de mercado a motivação pela escolha do Sistema de Registro de Preço (SRP) para este processo licitatório se dá pelas características do objeto, para viabilizar ações e metas estabelecidas nas diretrizes da **Secretaria Requisitante** e apoiando o cumprimento de sua missão Institucional como referência em qualidade dos serviços executados.

20.3 - Analisando-se as especificações técnicas dos produtos que se pretende adquirir, pode-se perceber que, de fato, se tratam de produtos comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, o que autoriza a utilização do Sistema de Registro de Preço.

20.4 - A binômica necessidade x possibilidade, corrobora pela utilização do sistema de registro de preço, pois tais produtos contribuem para alcançar metas estabelecidas nas diretrizes da demanda da **Secretaria Requisitante**, e não sendo possível a definição prévia do quantitativo a ser demandado



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



pela Administração, já que além do planejamento, há a possibilidade de surgirem novas demandas em decorrência da merenda escolar para os alunos da rede municipal de ensino.

20.5 – Os itens de consumo necessário ao atendimento da necessidade apresentada como solução a aquisição desses produtos. É possível observar que existem diferentes marcas e apresentações, o que impacta no preço e qualidade dos itens. Para mitigar a aquisição de itens de baixa qualidade o mesmo deverão obedecer a um levantamento de descritivo técnico realizado pelos setores competentes /usuários desses itens do Município.

20.6 – A contratação do objeto por meio do processo de licitação de pregão eletrônico como o emprego do registro de preço terá definição de quantidades mínimas e máximas a serem adquiridas ao longo da vigência da ata, no número de vezes que Administração achar adequado para o uso correto do orçamento e a necessidade de uso do Objeto. Dessa forma se terá a maior segurança de execução do objeto, pois neste procedimento licitatório os fornecedores cotam os produtos e serem entregue no Município com todos os encargos inclusos, cito 1 – Frete 2, Descarga de mercadoria; 3 – Impostos e 4 – Seguros.

20.7 - A solicitação dos itens registrados será executada no planejamento, que terá, também, como foco assegurar o uso adequado do orçamento, pois é analisado antes de cada empenho o cenário atual do órgão.

20.8 – **CONCLUSÃO:** Diante do apresentado a escolha do “Sistema de Registro de Preço” ARP mostrou se como a melhor SOLUÇÃO há ser adotada pela Administração.

21 – DA PROPOSTA

21.1 - No valor da proposta deverão estar incluídos todos os custos com impostos, taxas, fretes, assim como todos os custos necessários ao completo à entrega dos produtos ora solicitado.

22 – DA JUSTIFICATIVA DA RELAÇÃO ENTRE DEMANDA, QUANTIDADE.

22.1. A Secretaria Licitante teve como fundamento e elementos técnicos para definição do quantitativo dos produtos a serem consumidos, o gasto médio realizado, no período entre os últimos doze meses, **nos termo da Lei nº 14.133/2021.**

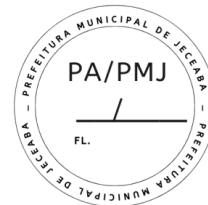
23 – DO MODELO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



23.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

23.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

23.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

23.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

23.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

23.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

23.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

23.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

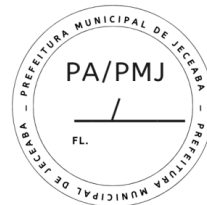
23.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



23.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

23.11 O órgão ou entidade poderá convocar o profissional para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

24 - ORGÃO REQUISITANTE.

24. 1 – Secretaria Municipal de Educação.

25 – DO FUNDAMENTO LEGAL

25.1 - A contratação para o objeto deste Termo de Referência está fundamentada na Lei Nacional nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 002/2022.

26 – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

26.1 - Reequilíbrio econômico-financeiro:

26.2. O Contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

26.3. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

26.3.1. Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

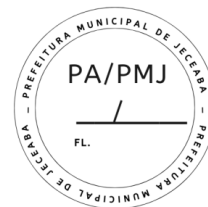
26.3.2. Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



26.3.3. Para solicitar o reequilíbrio não poderá haver empenhos com pendência de entrega referente aos itens objetos do pedido.

26.3.4. Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados e solicitados. Os pedidos de reequilíbrio analisados serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

26.3.5. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar na Prefeitura Municipal, de preferência via e-mail: licitacoes@jeceaba.mg.gov.br, toda documentação abaixo:

26.3.6. Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratada e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO

Descrição do Produto

- a) Valor registrado na ARP ou no Contrato R\$ 0,00
- b) Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....) R\$ 0,00
- c) Total de impostos/tributos 0 % R\$ 0,00
- d) Total de custos fixos 0 % R\$ 0,00
- Fórmula = a - (b + c + d) e) Margem de Lucro 0 % R\$ 0,00
- Custo total = a – e R\$ 0,00 PREÇO ATUALIZADO

Descrição do Produto

26.3.7. Cópias das notas fiscais referentes ao mês de contratação, informando sua margem de lucro da prestação de serviço, bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

26.3.8. Cópias das certidões vigentes:

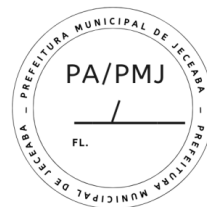
- a) Certificado de regularidade do FGTS;
- b) Certidão de débitos Trabalhista;
- c) Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão relativa a débitos tributários e dívida ativa estadual; e
- e) Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



26.3.9. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro **NÃO SERÁ RECEBIDO**.

23.3.10. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do **CONTRATADO**, cabendo a Prefeitura a análise e deliberação a respeito do pedido.

26.3.11. Se o **CONTRATADO** não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pela Prefeitura e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste Termo de Referência.

26.3.12 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem.

26.3.14. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerada injustificada o pedido, mantendo-se os valores originais.

26.3.15. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

26.3.16. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

26.3.17. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

26.4 Reajuste de Preço:

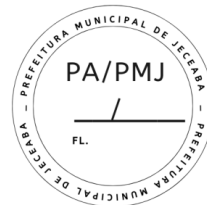
26.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



26.4.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

26.4.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

26.4.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

26.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

27 – DA SUBCONTRATAÇÃO.

27.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, sem prévia autorização do Município.

28. PENALIDADES

28.1 Comete infração administrativa, ainda, nos **termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021**, a CONTRATADA que:

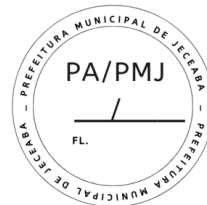
- a) Inexecução total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



28.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

28.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

28.2.2 Multa de:

a) Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o limite de 15 (quinze) dias;

b) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

28.2.3 Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jeceaba/ MG pelo prazo de até 02 (dois) anos.

28.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

28.4 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

28.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Nacional nº 14.133/2021.

28.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

28.8. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 7, a seguir.

28.9. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

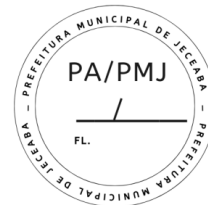


TABELA 01

Grau Correspondência	% do valor Global do Contrato
1	1%
2	5%
3	10%
4	15%
5	20%
6	30%

TABELA 02

Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
02	Fornecer informação falsa de entrega dos produtos ou substituir material contratado por outro de qualidade inferior.	3	Por ocorrência
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, dos produtos contratuais.	1	Por dia e por posto
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	4	Por ocorrência
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência.
08	Deixar de fornecer autorização para entrega dos produtos.	2	Por item e por ocorrência
09	Deixar de nomear preposto para representá-la durante a execução do contrato	1	Por item e por ocorrência
10	Deixar de cumprir horário/prazo estabelecido pelo contrato/ ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	2	Por dia de ocorrência
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de entrega dos produtos.	1	Por ocorrência e por dia
13	Deixar de Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
14	Deixar de Providenciar alternativas de abastecimento em caso de falta de combustível, casos fortuitos ou de força maior.	1	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e do edital do Pregão Eletrônico e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

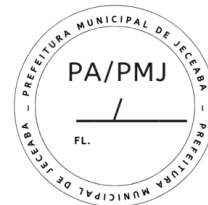
28.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



28.10.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

28.10.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

28.11. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021.

29 – REQUISITOS DA CONTRATADA.

29.1. SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA? CASO SIM, QUAL E POR QUÊ?

Sim. Será exigido alvará de localização e funcionamento, bem como certificado do INMETRO e registro expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), OU a publicação da mesma no Diário Oficial da União – DOU, quando for o caso, entre outros (quando for o caso).

29.2. HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE? Não.

29.3. HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA? Não.

30 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO A SER ALCANÇADO (ECONOMICIDADE).

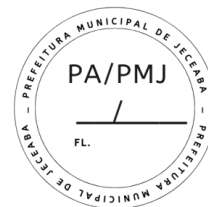
30.1 - Espera-se com esta contratação que os estudantes das unidades escolares municipais de Jeceaba - MG sejam atendidos em relação ao seu direito à alimentação escolar. Portanto, contribuirá para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos. Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa Prefeitura Municipal de Jeceaba - MG através da Secretaria Municipal de



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



Educação competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

31 – DA REGIONALIZAÇÃO.

31.1. A **prioridade regional ou local** é prevista na Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.

31.2 Poderão participar da presente licitação somente as empresas que estejam sediadas na REGIÃO DO ALTO PARAÓPEBA, a qual pertence o Município de Jeceaba - MG, conforme alínea “c” do inciso II do §2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.354 de 21 de junho de 2021.

31.3 – A REGIÃO DO ALTO PARAÓPEBA, a qual pertence o Município de Jeceaba, segundo o Estado de Minas Gerais, compreende as seguintes cidades:



<https://srelafaiete.educacao.mg.gov.br/home/lista-de-escolas>
<https://www.geoparkquadrilatero.org/?pg=biblioteca-virtual&id=284>

31.4 – Não havendo 03 (três) empresas presentes sediadas na REGIÃO DO ALTO PARAÓPEBA será concedido a participar do certame as empresa de outras regiões, presentes na sessão publica.

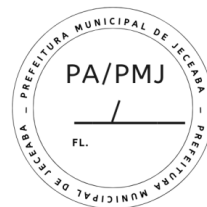
31.5 - Após coleta dos orçamentos para elaboração do preço máximo aceitável de processos anteriores, verificou-se que há fornecedores enquadrados na região capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, desta forma deverá cumprir com a Lei o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.354 de 21 de junho de 2021, conforme sugestão do Secretaria de Saúde constante na cláusula 13, item 13.4 do Estudo Técnico preliminar.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



31.6 - Assim, essa secretaria sugere-se que seja aplicada a prioridade local/regional conforme **alínea “c” do inciso II do §2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.354 de 21 de junho de 2021**, com base na pesquisa de preços e históricos de compras do mesmo objeto anterior, onde é possível constar que há no mínimo 3 (três) empresas local e regional competitivas, capazes de atender a este objeto. Além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

31.7 - Este benefício não impede a participação de empresas de outras localidades, caso não participa no mínimo 03 (três) empresas na licitação.

31.8 - Além do mais, não vislumbramos no procedimento qualquer caráter restritivo ou limitação geográfica à participação de interessados e em momento algum o princípio da competitividade é violado, sobre o qual transcrevemos o conceito formulado por Alexandre Moraes de *“Assim, princípio da eficiência é o que impõem à administração pública direta, indireta a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social e fomento do mercado local ou regional”*.

31.9 – Justifica-se ainda, que essa regionalização torna-se mais vantajosa para o Município, pois, este objeto é essencial para saúde humana. A demora de entrega por empresa localizada distante do Município poderá causar prejuízos aos alunos municipais que dependem de merenda escolar diariamente.

31.10 – Relação de fornecedores enquadrados na região capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme orçamento anexo, desta forma deverá cumprir com a Lei o artigo 3º da lei Municipal nº 1.354 de 21 de junho de 2021:

31.11 - A restrição geográfica também está de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas – TCE/MG, esposado no julgamento da Denúncia nº 1066685 em face da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas. Segue emenda da decisão:

“DENÚNCIA”.

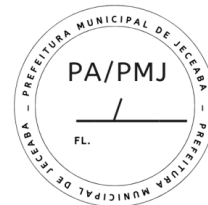
“PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. PARTICIPAÇÃO RESTRITA ÀS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS LOCAIS E REGIONAIS. LIMITAÇÃO AMPARADA EM NORMA MUNICIPAL E JUSTIFICADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PREVISÃO LEGAL. LICITUDE. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL E REGIONAL. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DECONTAS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. ARQUIVAMENTO.

1. O art. 47 da Lei Complementar n. 123/06 determina a concessão de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional; à ampliação da eficiência das políticas públicas, e ao incentivo à inovação tecnológica.

2. Considera-se plausível a limitação imposta à localização geográfica das empresas participantes do certame, devidamente justificada no instrumento convocatório, deflagrando-se o procedimento licitatório com o intuito de fomentar o comércio local e regional, nos termos da lei”.

Por fim, a escolha da licitação com prioridade local/regional conforme **alínea “c” do inciso II do §2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.354 de 21 de junho de 2021**, aonde dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas no Município de Jeceaba - MG, ou na microrregião geográfica da Região do Auto Paraopeba nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Nas contratações públicas da administração direta será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, sediadas na microrregião Geográfica do Alto Paraopeba, conforme especificadas na respectiva Lei, objetivando:

I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II – a ampliação da eficiência das políticas públicas;

III – incentivo á inovação tecnológica -

IV a celeridade da entrega dos produtos.

Para o cumprimento do disposto na Lei a Administração Pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, em especial aquelas constantes dos art. “44 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte”

Jeceaba, 27 de dezembro 2024.

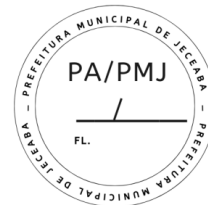
Kíssia Kene Salatiel
Secretária de Educação



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



APENDICE DO TERMO DE REFERENCIA

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ARTIGO 7º DECRETO 002/2022 – LEI Nº 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

HISTÓRICO DE REVISÃO.

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
14/11/2024	01	Finalização da primeira versão do documento	Equipe de Planejamento

1 - INTRODUÇÃO/IDENTIFICAÇÃO

1.1 - A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de **aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar** (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; e embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a aquisição de bens ou contratação de serviços for considerada viável.

1.2 - Durante o presente Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores se certifiquem de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos valem o preço estimado inicialmente.

1.3 - Assim, segue o presente Estudo Técnico Preliminar que objetiva apresentar as soluções disponíveis para seleção de empresa(s) especializada(s) para aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

1.4 - Considerando a necessidade de suprir a demanda na Secretaria Municipal de o presente estudo técnico preliminar tem como objetivo informar se há viabilidade técnica na contratação de aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR de acordo com cardápio elaborado por nutricionista em regime de execução indireta e de forma contínua para os alunos matriculados na rede de ensino público de Jeceaba - MG.

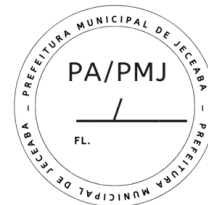
1.5 - Indispensável para garantir uma alimentação de qualidade aos alunos e embasar o Termo de Referência, de forma a relacionar as condições, descrições, quantidades, valores estimados, frequência e periodicidade dos gêneros alimentícios.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



1.6 - Entende-se que a aquisição deva ser de acordo com a demanda devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração considerando que sua interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Por suas características pode ainda ser classificado como de natureza comum.

1.7 - Após realizada a licitação faz-se necessário a formalização do contrato, com a cobrança da garantia legal, formalização de identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a gestão e a fiscalização do contrato.

1.8 - Assim, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para aquisição de fornecimento de produtos para elaboração da Merenda Escolar dos alunos matriculados na rede pública municipal, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação.

1.9 - Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Educação.

2 – EQUIPE DE PLANEJAMENTO.

2.1 – Foi indicado o seguinte servidor para compor a comissão de equipe de planejamento para formalização deste Estudo Técnico Preliminar.

FUNÇÃO	NOME	E - MAIL	SETOR
Secretária	Kissia Kene Salatiel	Educação @jceaba.mg.gov.br	Educação

3 - DESCRIÇÕES DA NECESSIDADE

3.1 - O presente estudo técnico preliminar tem como objetivo suprir as necessidades principais que permeiam o interesse público e a coletividade. A Secretaria Municipal de Educação visa fornecer alimentação aos alunos matriculados na rede de ensino, norteados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações.

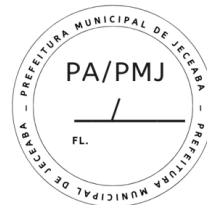
3.2 - O PNAE consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal, e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

3.3 - Para atender aos estudantes matriculados na educação básica pública das redes estadual, distrital e municipal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa às Secretarias Estaduais de Educação (Seduc) e às Prefeituras Municipais (PM), de forma automática e sem necessidade de convênio ou instrumento congênere, os recursos financeiros federais do PNAE, em caráter suplementar e em até 10 parcelas anuais, entre os meses de fevereiro e novembro.

3. 13 - **Fundamentação:** (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

4. DESCRIÇÃO TÉCNICAS DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - A duração desta aquisição será de 12 (doze) meses

4.2 – A aquisição desses produtos não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3 - A empresa a ser contratada deverá comprovar aptidão que executou forneceu e fornecem produtos de características compatíveis com o objeto licitado, qual seja objeto em tela, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.4 - A empresa interessada deverá atender a todos os normativos legais vinculados a aquisição e também declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar.

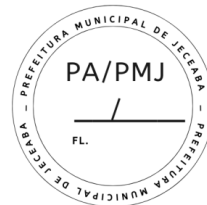
4.5 - Deverá ser exigida garantia de, no mínimo 01 (um) ano, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma do fabricante disponibilizarem para todo o mercado (Art 26, II, do Código do Consumidor - CDC - Lei nº 8.078, de 1990), os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA. Será a obrigatória a entregar do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido; e a eventual contratada se responsabilizará pelos vícios decorrentes do objeto de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do CDC.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



4.6 – A aquisição dos **gêneros alimentícios** a serem adquiridas conforme suas características, também deverão possuir rede de assistência técnica autorizada na sede deste Regional, na cidade de Jeceaba, a fim de produzir as atividades executadas pela **Secretaria Requisitante**.

4.7 - NATUREZA - Considerando o descrito acima se verificam que se trata de **produtos comuns**, uma vez que as especificações adotadas são conhecidas usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração pretende adquirir.

4.8 - Vistoria obrigatória: Não.

4.9 - Necessidade de garantia de execução: Sim

4.10 - Participação de consórcio e possibilidade de subcontratação: Pelo baixo grau de complexidade do objeto não será permitida a participação de consórcio, nem a subcontratação de parte ou de todo o objeto.

4.11 - A contratação é para aquisição de vários itens.

4.12 - REGIME DE EXECUÇÃO. Compra dos produtos para o **fornecimento parcelado**.

4.13 - EXECUÇÃO. Prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como os critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

4.14 - As autorizações de decoração natalina contendo as notas de empenho serão enviadas pelo e-mail compras@jeceaba.mg.gov.br.

4.15 - Prazo de execução do objeto: Conforme a ser definido no Termo de Referência.

4.16 - Procedimento de rotinas de execução será detalhado no Termo de Referência.

4.17 - Necessidade de disponibilizar produtos: Não há.

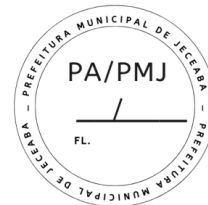
4.18 - Obrigação específica da Contratada serão detalhadas no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



4.19 - EXAMES DOS NORMATIVOS. Foram localizados e analisados os seguintes normativos que regulam especialmente as aquisições a serem contratadas, os quais produzirão impactos na contratação conforme as considerações respectivas:

Normativo	Descrição	Impacto na Demanda
Lei nº 4.133/2021	Regulamenta o art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração.	Regula contratação sob aspectos gerais.
Decreto Municipal nº 002/2022	Regulamenta Licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica	Regula a contratação sob aspectos da modalidade licitatória pregão eletrônico.

4.20 – As condições de Julgamento das propostas, bem como, critérios de qualificação técnica serão dispostas no TR.

4.21 – Exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como os critérios de qualificação econômica – financeira, serão de acordo com a legislação e constarão no Edital.

Fundamentação (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

5.1 - O levantamento de mercado terá que tomar base no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

Fundamentação: (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

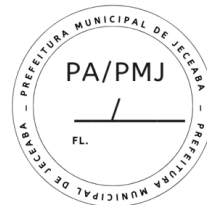
6.1 - A solução proposta é o Sistema de Registro de Preços a partir de Pregão Eletrônico, para a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na confecção dos cardápios da Alimentação Escolar nas Escolas Municipais de Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Ensino Fundamental, Atendimento Educacional Especializado - AEE) que atuam na rede escolar municipal de Jeceaba - MG do ano letivo de 2025, tendo em vista atender ao PNAE, bem como, garantir uma alimentação nutricionalmente equilibrada e de qualidade aos nossos alunos.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



6.2 - Atendendo ao princípio da economicidade, celeridade, eficácia, eficiência e padronização, que busca os melhores resultados, com menor custo, o Pregão Eletrônico mediante SRP, demonstra ser a melhor forma de satisfazer as necessidades dessa contratação até mesmo por serem itens que oscilam constantemente, e por esse motivo é possível manter os preços por um período de um ano, com alguns reequilíbrios, que são concedidos mediante alta ou baixa dos mesmos, e também por atender a demanda conforme a necessidade das unidades escolares, sem causar saldos extras, comprovadamente eficazes para os serviços de Alimentação e Nutrição.

6.3 – CONCLUSÃO: A solução da escolha do Registro de Preço, portanto, se mostra viável, que a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para suprir a demanda da **secretaria requisitante**.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

7.1 - Tabela constante na Planilha quantitativa no termo de referência.

Fundamentação: (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

8.1 - A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de licitação e de contratação, estando prevista em várias disposições legais, com obrigatoriedade reconhecida pela Jurisprudência.

8.2- Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido e em diversos sites da Administração Pública. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado. Ademais, há o desafio de identificação da confiabilidade dos preços coletados, o que exige a ampliação da captação de dados que possam servir a uma fidedigna referência dos preços de mercado.

8.3 - Na prática, a fase de pesquisa de preços pode acabar se prolongando, retendo a necessária atuação dos agentes públicos envolvidos por semanas ou meses, o que amplia os custos transacionais, sem necessária garantia de um resultado verdadeiramente eficiente e eficaz.

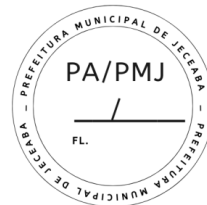
8.4 - Outrossim, a pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, situações que acabam acarretando prejuízos à administração pública e riscos de



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



responsabilização aos agentes públicos envolvidos na contratação. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição, um gargalo a ser superado na condução dos certames, merecendo análise mais detida e propostas de aperfeiçoamento das rotinas até então estabelecidas.

8.5 - Em suma, a estimativa de preços é fundamental para a atividade contratual da Administração, como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames públicos e àqueles executados nas respectivas contratações, com a função precípua de garantir que o Poder Público identifique um parâmetro para o valor médio de mercado, em relação um bem ou serviço.

8.6 - Portanto, é necessário que os agentes públicos envolvidos, na fase interna da licitação ou na gestão contratual, tenham acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de aferição de custos e identificação dos preços referenciais de mercado.

8.7 - Importantes registrar que a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) exige que a pesquisa de preços para aquisições e serviços em geral seja realizada por meio de parâmetros diversos, senão vejamos.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

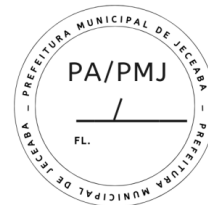
III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

8.8 - A necessidade de realização de pesquisa de preços, notadamente para as aquisições e serviços em geral, foi regulamentada em nível federal pela Instrução Normativa nº 65/2021, que passou a exigir a adoção de diversos parâmetros para a realização da pesquisa de preços. Senão, vejamos:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

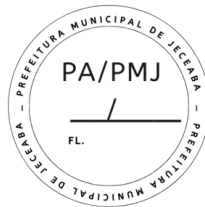
IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

8.9 - Também o Tribunal de Contas da União tem, em diversos Acórdãos, reiterado a necessidade de que a pesquisa de preços adote parâmetros diversos, não se restringindo às cotações realizadas com potenciais fornecedores:

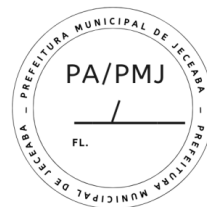
A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores do próprio órgão (**Acórdão 713/2019 Plenário**).

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo de licitação promovida por empresa estatal não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como (**Acórdão 2102/2019 Plenário**).

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores do próprio órgão (**Acórdão 1548/2018 Plenário**).

8.10 - Se, por um lado, é necessário avançar na realização de pesquisa de preços com parâmetros diversos, por outro, é fundamental adotar soluções que consigam aumentar a eficiência deste procedimento.

8.11 - Valor médio obtido é de **R\$831.349,03** (oitocentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e três centavos).

8.12 - A aquisição deverá ser estimada na média das estimativas de preços a ser levantadas, nos **termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021**.

Fundamentação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO SOLUÇÃO.

9.1 - Como justificativa para a contratação, observa-se que, para atendimento da necessidade, foi constituído preço por **item**, no período de **12 (doze)** meses.

9.2- Em a aquisição deverão ser dividida em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

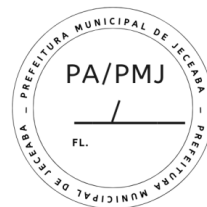
9.3 - No entanto, a aquisição em tela, vislumbra vários atendimentos, que será ofertado à demanda integral não descarta a competitividade nem o aproveitamento do mercado. Dessa forma, torna é



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



viável e produtora para a Administração Pública a aquisição futura, incerta e eventual do objeto a ser contratado.

Fundamentação: (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

10. - CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

10.1 - Ressalta-se que **não há necessidade** de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

10.2 - Doutro modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

Fundamentação: (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO.

11.1 - Tomaram-se como parâmetro para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, as exigências da **Secretaria Requisitante**.

11.2 – A aquisição pretendida, com dedicação exclusiva de fornecimento e quantitativo estabelecido atenderá às necessidades do Município, mediante complementação da planilha Orçamentária.

11.3 - Além disso, a aquisição a ser contratada está contemplada no orçamento anual do Município.

12. BENEFÍCIO A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO.

12.1 - Espera-se com esta contratação que os estudantes das unidades escolares municipais de Jeceaba - MG sejam atendidos em relação ao seu direito à alimentação escolar. Portanto, contribuirá para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

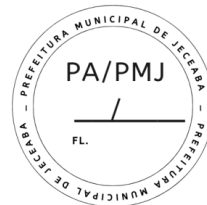
12.2 - Quanto à contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

12.3 - Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa Prefeitura Municipal de Jeceabba - MG através da Secretaria Municipal de Educação competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Fundamentação: (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

13. PROVIDENCIA A SEREM ADOTADAS.

13.1 - Não se verifica a necessidade de providencias especificas a serem adotadas pela administração previamente à elaboração do contrato, nem quanto, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente e organização.

13.2 - Considerando que o acompanhamento do contrato proveniente dessa contratação não necessita de qualificação especial, além das que já são habitualmente desejáveis e esperadas dos servidores investidos nas funções de gestores e fiscais de contratos, não será necessária nenhuma capacitação específica, bastando que a equipe de fiscalização se mantenha sempre atualizada quanto às legislações que regem a matéria.

13.3 - Por tratar de aquisição essencial e rapidez na entrega dessa aquisição, esta **Secretaria Requisitante** vem solicitar que a futura licitação seja regionalizada para não causar prejuízo a aquisição de forma célere de entrega de produtos ou serviços públicos prestados.

13.4 - Assim, sugiro que seja aplicada a **prioridade local/regional** conforme **alínea “c” do inciso II do §2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.354 de 21 de junho de 2021**, com base na pesquisa de preços e históricos de compras do mesmo objeto anterior, onde é possível constar que há no mínimo 3 (três) empresas local e regional competitivas, capazes de atender a este objeto. Além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

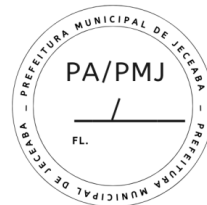
14. POSSIVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



14.1 - Os fornecedores deverão atender no que couberem os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente e esta comissão não vislumbra nenhum risco ambiental pela aquisição gêneros alimentícios para merenda escolar.

14.2 – Dessa forma, pelo o fato dos produtos eventualmente adquiridos serem classificadas como material permanente é em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como nos normativos do poder judiciário, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Publica, após o fim da sua vida útil, mediante devido processo administrativo.

14.3 – Os produtos deverão, dentre outros, observar:

1. Respeito às leis ambientais;
2. Adotar práticas de sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;
3. Uso de materiais recicláveis (quando possível);
4. Uso racional de recursos e equipamentos, para evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos;
5. Descarte adequado de resíduos;
6. Logística reversa.

14.4 - Assim, tendo sido observado o Decreto nº 7.746/2012, avaliado e consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, por não haver, de forma direta, o fornecimento de materiais, tecnologias e matérias-primas não foram encontradas práticas e critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto que se pretende contratar.

14.5 - Contudo, a Contratada deverá orientar seus empregados, inclusive por meio de programa interno de treinamento, a reduzirem o consumo de energia elétrica e de água e diminuir a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

14.6 - Deve ainda treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição. Os empregados da contratada deverão colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, atuando também como facilitadores das mudanças de comportamento



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



esperadas com estas medidas, com o intuito de mitigar quaisquer impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos naturais, sempre primando pelo uso consciente e evitando desperdícios. Os recursos naturais devem ser utilizados de forma otimizada e eficiente.

Fundamentação: (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

15.1 - A falta de alimentação adequada reduz o foco, afeta a memória e a capacidade de raciocínio, desnutrida a criança desenvolve menos conexões neurais, o que no futuro prejudica a ascensão social.

15.2 - A influência entre uma boa alimentação favorece o desenvolvimento cognitivo, que por sua vez auxilia no desempenho escolar, já que o consumo de alimentos nutritivos também aumenta a capacidade de concentração, melhora o humor e aumenta a disposição. As escolas públicas têm um grande papel no combate à insegurança alimentar das crianças.

15.3 - Como observado o PNAE é um programa de governo fundamental para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitam a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional, o direito à alimentação escolar, visando a garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos mesmos que necessitam de atenção específica e aqueles que se encontra em vulnerabilidade social.

15.4 - Diante das exigências que o PNAE preconiza, é a de que o Programa designe um Nutricionista Responsável Técnico, para a elaboração de cardápios que respeitem as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade, sempre observando as orientações do Ministério da Saúde sobre a promoção da saúde por meio da alimentação. E os repasses dos recursos federais que se destina a contribuir para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas diferentes redes.

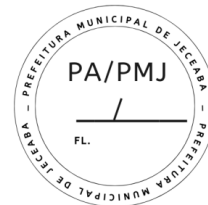
15.5 - Após uma análise cuidadosa e detalhada, e diante da experiência do município com a aquisição de gêneros alimentícios para a produção das refeições nas 4 unidades escolares e nas salas anexas dos assentamentos do município que hoje totalizam em média de **860** alunos,



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



necessária e adequada para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Jeceaba – MG.

15.6 - Esse processo representa continuidade do trabalho atual que vem sendo realizadas, acompanhadas e fiscalizadas pela comunidade escolar, pelas nutricionistas responsáveis técnicas do Departamento de Alimentação Escolar, pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), FNDE, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público, e demais parceiros, como Ministério da Educação, Entidades Executoras, Secretaria de Saúde, Agricultura, e Conselho Federal e Regional de Nutricionistas, cada um na sua esfera de trabalho.

15.7 - Portanto, existe viabilidade técnica, operacional e orçamentária na contratação da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR através de Pregão – Registro de Preços com menor preço por item.

De acordo com os cardápios elaborados pelas nutricionistas de forma contínua para os alunos matriculados na rede de ensino público de Jeceaba - MG. Entende-se que a aquisição deva ser de acordo com a demanda devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração, considerando que sua interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.

16.1 - Este ETP está de acordo com a legislação vigente, diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, sobre o direito a receber alimentação escolar gratuita e de boa qualidade, que assegure a integridade física, moral e intelectual do educando, neste sentido, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

16.2 - Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Jeceaba – MG.

Fundamentação: (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) E e (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

17.1. CONCLUSÃO DA VIABILIDADE.

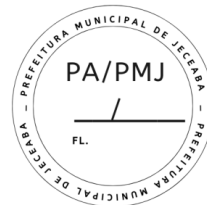
17.1 – Torna-se viável a aquisição dos gêneros alimentícios pretendidos.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



17.2 – Esta aquisição vai de encontro à demanda e necessidade da **Secretaria Requisitante**.

17.3 - Por fim, considerando os pressupostos apresentados, esta equipe considera a aquisição viável tendo em vista que possibilitará a continuidade de entrega de produtos ou fornecimento de serviços públicos, segundo o qual a administração pública excuta suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entende-se que a aquisição do objeto é imprescindível e mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Fundamentação: (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) e (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

Jeceaba, 09 de janeiro de 2025.

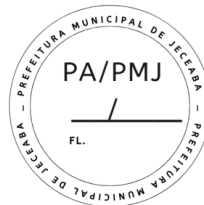
Responsável pela Formulação da Demanda	Assinatura
Secretaria Municipal de Educação	



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ANEXO I DO ETP - MAPA DE RISCO.

1 - DADOS DO PROCESSO

Objeto: Seleção de empresa(s) especializada para aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para os alunos da rede municipal de ensino.

2 - FASE DE ANALISE

Planejamento da Contratação.

3 - RISCOS REFERENTE A FASE DE ANÁLISE ESCOLHIDA.

Risco 01 Planejamento deficiente.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa Média x Alta

Dano(s):

O prejuízo ao atendimento da demanda Secretaria Requisitante.

Ação(ões) Preventiva(s):

Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada órgão.

Responsável: Secretaria Requisitante.

Ação(ões) de Contingência:

Revisão de quantitativos:

Responsável: Secretaria Requisitante.

Risco 02 Elaboração do Termo de Referencia Inadequado.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa Média x Alta

Dano(s):

Utilização, por parte da CONTRATADA, de produtos de baixa qualidade, bem como emprego de materiais que não possuem a qualidade necessária para aquisição de produtos para merenda escolar.

Ação(ões) Preventiva(s):

Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.

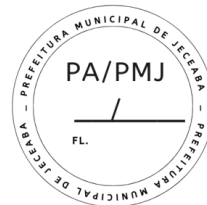
Responsável: Secretaria Requisitante.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



Ação(ões) de Contingência:

Refazer o Termo de Referência.

Responsável: Secretaria Requisitante.

Risco 03

Indisponibilidade financeira.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa x Média Alta

Dano(s):

A não contratação do objeto licitado.

Ação(ões) Preventiva(s):

Planejamento financeiro para Contratações.

Responsável: Secretário Municipal de Fazenda.

Ação(ões) de Contingência:

Reprogramação de Planejamento financeiro.

Responsável: Secretário Municipal de Fazenda.

Risco 04

Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa Média x Alta

Dano(s):

A não contratação do objeto licitado.

Ação(ões) Preventiva(s):

Avaliação da capacidade técnica Operacional da empresa.

Responsável: Agente de Contratação.

Ação(ões) de Contingência:

Recessão contratual e reinício do processo licitatório.

Responsável: Agente de Contratação.

4 - FASE DE ANALISE.

Gestão/ execução do objeto.

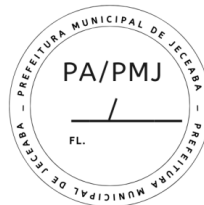
5 - RISCOS REFERENTE A FASE DE ANÁLISE ESCOLHIDA.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



Risco 01

Atraso na contratação.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa x Média Alta

Dano(s):

Deficiência na entrega dos produtos para merenda escolar lícitado.

Ação(ões) Preventiva(s):

Fiscalizar o contrato sobre prazo de execução para entrega dos produtos.

Responsável: Fiscal do Contrato.

Ação(ões) de Contingência:

Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão.

Responsável: Procurador Municipal.

Risco 02

Aquisição com preço acima da média do mercado.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: x Baixa Média Alta

Dano(s):

Dano ao erário.

Ação(ões) Preventiva(s):

Pesquisa de preço com de acordo com o artigo 23 da lei nº 14.133/2021.

Responsável: Setor de Compras.

Ação(ões) de Contingência:

Evitar contratações de produtos não adequados, em desacordo com estipulado.

Responsável: Agente de Contratação.

Risco 03

Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa x Média Alta

Dano(s):

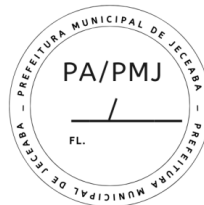
Fornecedor se recusar a realizar a entrega do produto lícitado.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



Ação(ões) Preventiva(s):

Planejamento financeiro para Contratações.

Responsável: Secretário Municipal de Fazenda.

Ação(ões) de Contingência:

Reservar os recursos com antecedência.

Responsável: Secretário Municipal de Fazenda.

Risco 04

Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado.

Probabilidade: x Baixa Média Alta

Impacto: Baixa x Média Alta

Dano(s):

Dano ao erário.

Ação(ões) Preventiva(s):

Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização da entrega.

Responsável: Secretaria Requisitante.

Ação(ões) de Contingência:

Sanções e penalidades previstas no Contrato.

Responsável: Procurador Municipal.

6 - RERESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO MAPA DE RICOS.

Declaro, para devidos fins, que a Secretaria Municipal de Educação é a responsável pela elaboração do presente documento, através do seu representante a abaixo assinalado para seleção de empresa(s) especializada(s) para aquisição dos gêneros alimentícios para merenda escolar.

Jeceaba, 09 de janeiro de 2025.

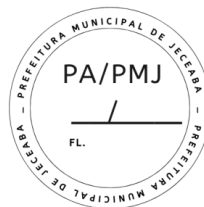
Responsável pela Formulação da Demanda	Assinatura
Secretaria Municipal de Educação	



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____ (Razão Social do LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), telefone (...) _____, vem, apresentar proposta de preços no processo de licitação epigrafado, conforme a planilha seguinte.

Nos preços apresentados, estão incluídos todos os encargos, como transporte de qualquer natureza, carga e descarga, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos e outros.

Indica, na oportunidade, como representante para assinatura e acompanhamento da execução do contrato que possa vir a ser firmado com o Município, o Sr., portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº, endereço

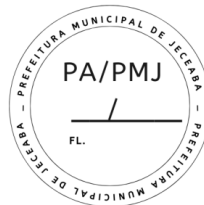
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Achocolatado diet, apresentação: pó, sabor: tradicional, prazo validade mínimo: 18 meses, característica adicional: diet, zero açúcar, com redução de calorias e isento de lactose. Com 35% de cacau. Fonte de vitaminas. De boa qualidade.	Embalagem de no mínimo 180 gramas	100		R\$	R\$
2	Achocolatado, alimento achocolatado em pó, sendo obtido de matéria prima sã e limpa. Rico em cálcio, fonte de ferro e vitaminas. Embalagem de no mínimo 730 gramas.	Embalagem de no mínimo 730 gramas	600		R\$	R\$
3	Açúcar Cristal, branco, sem impurezas, embalagem de 5 kg, resistente e transparente.	Pacote de 5 kg	220		R\$	R\$
4	Adoçante Dietético Culinário Em Pó: Especial Para Cozinha Que Suporta As Altas Temperaturas Do Forno E Do Fogão. Pote com no mínimo 400 g	Pote com no mínimo 400 g	22		R\$	R\$
5	Adoçante líquido dietético, 100% stevia natural e totalmente vegetal. Embalagem mínima de 60 ml	Embalagem mínima de 60ml.	70		R\$	R\$
6	Amendoim cru em grão de boa qualidade. Pacote de 500 gramas	Pacote de 500 gramas	50		R\$	R\$
7	Amendoim torrado e moído. Embalagem de 500g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Embalagem de 500 gramas	150		R\$	R\$
8	Amido de milho. Embalagem de 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Caixa de 500 gramas	60		R\$	R\$
9	Arroz agulha tipo 1, pacote com 05 KG, subgrupo polido, classe longo fino. Isento de sujidades e materiais estranhos. Embalagem em polietileno, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade (mínima de 6 meses), peso líquido. O produto não poderá conter mais do que 5% de quebra. Não será aceita embalagem com qualquer alteração (rasgos ou furos).	Pacote de 5 kg	2000		R\$	R\$
10	Aveia em flocos – Flocos finos, isenta de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem plástica de 170 gramas.	Embalagem de no mínimo 170 gramas	150		R\$	R\$
11	Azeite de oliva extra virgem	Embalagem	200		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



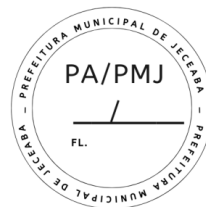
	Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	de 500 ml				
12	Batata palha; com cor, odor e sabor característicos, crocante, isenta de gordura trans. Embalagem acondicionada em embalagem plástica de 500 gramas. validade: mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	Embalagem de 500 gramas	200		R\$	R\$
13	Biscoito Amanteigado – com embalagem Multipacks de 248g com dupla proteção. Sabores variados (chocolate, leite, cocô)	Embalagem de 248 gramas	1400		R\$	R\$
14	Biscoito de arroz integral Sem glúten, sem leite e derivados e sem ovo. Ingredientes: arroz integral e sal iodado. Não deve conter glúten, leite e ovo. O biscoito deverá ser fabricadas a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 80g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Embalagem de no mínimo 95 gramas	100		R\$	R\$
15	Biscoito Cream Cracker – consistência crocante– com embalagem Multipacks de 345g com dupla proteção. Contendo no mínimo 3% de fibras alimentares, 0% de gorduras trans, máximo de 10% de sódio.	Embalagem de 345 gramas	1000		R\$	R\$
16	Biscoito cream cracker sem lactose Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar e sal. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Não poderá conter leite e derivados, lactose e nenhum resíduo de leite, devendo ser adequado aos alérgicos à proteína do leite de vaca. Não poderá conter gordura trans, gordura vegetal hidrogenada, colesterol e edulcorantes naturais e/ou artificiais. O produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 83 (Decreto 12.486/78) e RDC N° 26, de 2 de Julho de 2015.	Embalagem de no mínimo 330 gramas	100		R\$	R\$
17	Biscoito de polvilho, isento de glúten, formato tipo argola, embalado em sacos plásticos transparente resistentes, pesando 200 gramas. 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto.	Pacotes de 200 gramas	1000		R\$	R\$
18	Biscoito Maisena, contendo no mínimo 2% de fibras alimentares, 0% de gorduras trans e 5% de sódio.Com embalagem Multipacks de 345g com dupla proteção.	Embalagem de 345 gramas	1000		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



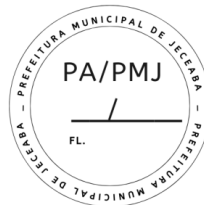
19	Biscoito Maisena sem Lactose. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, creme de milho, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, emulsificante: Lecitina de soja, fermentos químicos, bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato de ácido de sódio, melhorador de farinha, metabissulfito de sódio, aroma artificial de baunilha e aroma idêntico ao natural. Embalagem com no mínimo 330G.	Embalagem de no mínimo 330G	80		R\$	R\$
20	Biscoito Sequinhos. Características Técnicas: Fécula de mandioca, gordura vegetal, leite de coco, açúcar confeiteiro, emulsificante lecitina de soja. sem Glúten, sem ovos e sem lactose. embalagem intacta, acondicionada em pacotes de no mínimo 350g. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações : nome e / ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Embalagem de 350 gramas	200		R\$	R\$
21	Biscoito Tipo Pit Stop, Clube Social, Minuto- Integral. Embalados individualmente por porção.	Embalagem de no mínimo 140 gramas	200		R\$	R\$
22	Biscoito Tipo Rosquinha, sabores variados (nata, coco, leite, chocolate) embalagem de 350 gramas.	Embalagem de 350 gramas	1400		R\$	R\$
23	Biscoito Tipo Salpete - consistência crocante, em embalagens individuais pacote com 200g.	Embalagem de 200 gramas	1200		R\$	R\$
24	Bisnaguinha – pãozinho tipo bisnaguinha de primeira qualidade. Embalagem de 300 gramas, contendo aproximadamente 15 unidades. Porção de 2 unidades 40 gramas.	Embalagem de 300 gramas	1000		R\$	R\$
25	Cacau em pó, embalagem de 200 gramas puro, contendo 100% cacau, sem açúcar, sem glúten, sem amido de milho. Sem conservantes e outros aditivos. com cor e odor característicos. Com rótulo contendo informação nutricional, identificação, data de fabricação. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	Embalagem de 200 gramas	150		R\$	R\$
26	Canela em pó de boa qualidade, Embalagem de 30 gramas	Embalagem de 30 gramas	60		R\$	R\$
27	Canjica Branca, produzida com grãos inteiros, tipo 1, são, isentos de sujidades. Embalagem de 500 gramas.	Pacote de 500 gramas	400		R\$	R\$
28	Canjiquinha de milho, amarela, tipo 1, embalada em pacote plástico transparente resistente de 500g. Rótulo com prazo de validade/lote bem visível e informação nutricional.	Pacote de 500 gramas	350		R\$	R\$
29	Coco ralado, sem sacarose, baixo teor de gordura, sem aditivo. Embalagem atóxica de 200 gramas.	Embalagem de 200 gramas	220		R\$	R\$
30	Condimento de Urucum, em pó, homogêneo. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	140		R\$	R\$
31	Creme de leite - creme de leite uht homogeneizado, sem necessidade de refrigeração, embalagem 200g, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa. prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Caixinha de 200 gramas	200		R\$	R\$
32	Creme de leite zero lactose (200g)	Caixinha de	10		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



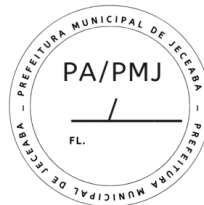
	Creme de leite padronizado a 20% de gordura. Homogeneizado para dietas com Restrição de Lactose - Zero Lactose. Deve ter na embalagem: NÃO CONTÉM GLUTÊN. Embalagem de tetra pack. Embalagem de 200g. A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote. Validade de 12 meses a contar da data da entrega.	200 gramas				
33	Ervilha Grãos inteiros selecionados com cor; sabor, odor e textura próprios do ingrediente, deverá também apresentar uniformidade de tamanho e formato. O produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 31 (Decreto 12.486 de 20/10/78) e demais legislações vigentes pertinentes ao produto. Validade mínima de 6 meses da entrega	Embalagem de 170 gramas	100		R\$	R\$
34	Extrato de Tomates concentrado, feito apenas por tomates sem pele e sementes. Sem adição de açúcar e sal. Embalagens de 300 gramas. A embalagem deve conter a data de fabricação, data de validade, lote. Validade mínima de 3 meses na data da entrega.	Embalagem de 300 gramas	1000		R\$	R\$
35	Farelo de aveia 100% natural, sem aditivos ou conservantes, lacre de segurança, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de validade, peso líquido, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – cnpa. Validade mínima 6 meses a contar da entrada	Embalagem de 500 gramas	100		R\$	R\$
36	Farinha de aveia, integral, embalagem de no mínimo 165 gramas, de boa qualidade, livre de sujidades, com rótulo, validade e informações nutricionais.	Embalagem de no mínimo 165 gramas	200		R\$	R\$
37	Farinha de Mandioca Torrada, grupo seco, subgrupo fina, não deve ter cheiro azedo, nem manchas de cor escura, embalagem de 1 quilo com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	300		R\$	R\$
38	Farinha de rosca de boa qualidade. Embalagem contendo 01Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	30		R\$	R\$
39	Tapioca - Goma de tapioca hidratada, contendo fécula de mandioca, água, antioxidante e conservador, sem sódio. A embalagem deverá conter externamente. Os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico.	Pacote de 1 kg	100		R\$	R\$
40	Farinha de trigo com fermento, especial. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	200		R\$	R\$
41	Farinha de trigo especial. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	300		R\$	R\$
42	Farinha de Trigo Integral, produto obtido a partir do cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios. Embalagem de 1 kg.	Embalagem de 1kg	100		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



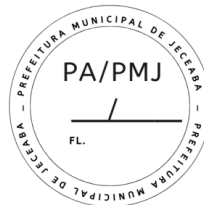
43	Flocos de milho , tipo flocão pré-cozido, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem c/ 500g e enfiamento (30x500g) livre de fermentação, parasitas, mofo e materiais terrosos a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, embalagem íntegra e ísenta de avarias, rotulagem segundo as especificações, conforme dados das disposições da legislação vigente, validade mínima 6 meses a contar da entrada.	Embalagem de 500 gramas	100		R\$	R\$
44	Feijão Carioca, Tipo 1, novo, constituído de grãos ínteiros e sem teor de umidade de 15%, ísento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	Pacote de 1 kg	3000		R\$	R\$
45	Feijão Preto Tipo 1, Novo, de boa qualidade, constituídos de grãos ínteiros e sadios, com umidade permitida em lei. Embalagem plástica íntacta de 01 kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, pregos, paus. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	Embalagem de 1kg	300		R\$	R\$
46	Feijão Tipo Vermelho, grupo beneficiado, tipo 1 novo, máximo de impurezas de 2%, constituído de grãos ínteiros, são, ísentos de materiais terrosos, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem atóxica e transparente de 1 kg. Boa qualidade.	Embalagem de 1 kg	300		R\$	R\$
47	Fermento biológico em pó, embalagem de 125 gramas, de boa qualidade.	Embalagem de 125 gramas	30		R\$	R\$
48	Fermento químico em pó, de primeira qualidade.	Pote de 250g	150		R\$	R\$
49	Fubá de milho, tipo mimoso, grupo seco, subgrupo fino, ísento de matéria terrosa, parasitos e larvas; sem fermentação ou ranço; sem bolores ou leveduras. De primeira qualidade. Embalagem transparente de 1 kg.	Embalagem de 1 kg	650		R\$	R\$
50	logurte com preparo de frutas, para dietas com restrição de lactose, de boa qualidade	Embalagem de no mínimo 140 gramas	200		R\$	R\$
51	logurte com preparo de frutas, zero açúcar, de boa qualidade	Embalagem de no mínimo 160 gramas	250		R\$	R\$
52	logurte de Frutas comum com polpa de frutas sabores variados, pote de no mínimo 110g. Embalagem contendo: fabricação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde/SIM.	Frasco de no mínimo 110 gramas	10000		R\$	R\$
53	logurte natural, íntegral, ingredientes: leite e fermento. Produzido com matérias primas íntimas, ísentas de sujidades.	Embalagem de no mínimo 160 gramas	600		R\$	R\$
54	Leite a base de proteína de soja. Embalagem Tetrapak, embalagem íntegra e hermeticamente fechada deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	Embalagem de 1 litro	250		R\$	R\$
55	Leite de soja em pó, embalagem de 300g, íntegral, instantâneo,	Embalagem de 300	80		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



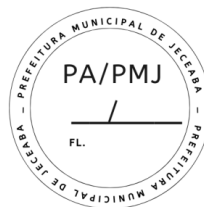
	sabor natural, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou lata de alumínio, limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Data de validade mínima de quatro meses a contar da data de entrega do produto.	gramas				
56	Leite Fermentado com lactobacilos vivos (80 ml) pacote com 06 unidades: Ingredientes: Elaborado com leite pasteurizado, fermento e produtos naturais, contendo lactobacilos vivos, podendo conter outros ingredientes desde descrito e conforme legislação vigente Informação Nutricional mínima (80G): Valor energético 43 kcal, carboidrato 8g, proteína 1,6g, cálcio 64mg, Embalagem Primária: Garrafas plásticas (e/ ou caixa treta Pack) de 80 ml	Garrafas plásticas (e/ ou caixa treta Pack) de 80 ml	3000		R\$	R\$
57	Leite UHT desnatado em embalagem tetrapack de boa qualidade. Contendo os seguintes ingredientes: Leite desnatado, estabilizantes citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio, trifosfato de sódio. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. 0% de teor de gordura. Validade até 4 meses.	Caixa de 1 litro	300		R\$	R\$
58	Leite, em pó, integral, instantâneo. Com conteúdo da matéria gorda maior que 26%. Pó uniforme, sem grânulos, cor branco-amarelada, odor e sabor agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido. Enriquecido com vitamina A e D. Pacote aluminizado de 1 kg. O produto devera ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.	Pacote de 1kg	300		R\$	R\$
59	Leite, líquido, integral, pasteurizado, longa vida. Embalagem tetra pack com 0l litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Validade mínima de 3 meses no ato da entrega.	Caixa de 1 litro	8500		R\$	R\$
60	Leite UHT zero lactose, para dietas com restrição à lactose. Embalagem Tetra pack de 1.000ml rotulado conforme legislação vigente. Validade: prazo mínimo de 120 dias da data de fabricação	Embalagem de 1 litro	200		R\$	R\$
61	Leite em pó integral sem lactose Leite integral, enzima lactase. Poderá conter vitaminas, minerais e emulsificante lecitina de soja. Não deverá conter gordura trans de adição, corantes, açúcar, edulcorantes e soro de leite. O produto deverá apresentar registro completo no ministério da agricultura CIF/DIPOA, estar de acordo com a NTA 02 e 79 (Decreto 12.486/78), RDC nº 259 de 20 /09/2022, RDC nº 429 de 08/10/2020 e Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020.	Embalagem de 300 gramas	200		R\$	R\$
62	Louro em folhas desidratadas de boa qualidade.	Pacote de no mínimo 4 gramas	100		R\$	R\$
63	Macarrão de sêmola tipo parafuso	Pacote de 500	40		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



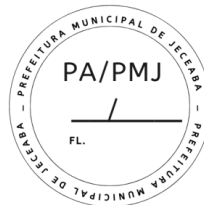
	Deverá ser fabricado a partir de matérias – primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico, registro no ministério da agricultura – sif. Validade mínima de 6 meses da entrega.	gramas				
64	Macarrão de sêmola tipo espagete Deverá ser fabricado a partir de matérias – primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico, registro no ministério da agricultura – sif. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Pacote de 500 gramas	40		R\$	R\$
65	Macarrão, espagete número 08, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido Macarrão espagete, com ovos, embalagem resistente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	Pacote de 500 gramas	900		R\$	R\$
66	Macarrão, Padre Nosso, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Pacote de 500 gramas	300		R\$	R\$
67	Macarrão, Parafuso, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Pacote de 500 gramas	500		R\$	R\$
68	Macarrão sem Glúten, massa alimentícia sem glúten, tipo espagete número 8. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	50		R\$	R\$
69	Macarrão sem Glúten, massa alimentícia sem glúten, tipo padre nosso. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	50		R\$	R\$
70	Manteiga com sal, de primeira qualidade. Ingrediente obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura ambiente, textura lisa e uniforme. Sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave característico. Sem odor e sabor estranho. O produto deverá ser registrado no Ministério da Agricultura em embalagens e temperaturas corretas. Embalagem de 500 gramas	Embalagem de 500 gramas	400		R\$	R\$
71	Milho para pipoca, produzido com grãos inteiros, tipo 1, sãos, isentos de sujidades. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	600		R\$	R\$
72	Milho verde, milho em conserva, sem alterações de cor, aroma ou sabor, livre de fermentação, mofos ou bolores de qualquer tipo. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem de 170 gramas, com verniz sanitário, recravadas, intacta, limpa, sem ferrugem e sem partes amassadas, sem estufamentos, sem vazamento, corrosão interna e outras alterações. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Embalagem de 170 gramas	200		R\$	R\$
73	Molho Inglês, composição básica: vinagre, água, molho de soja, condimentos, especiarias. Embalagem de 500ml.	Embalagem de 500 ml	100		R\$	R\$
74	Óleo de soja, refinado, obtido de um único vegetal, com apresentação, aspecto e cor característicos, isentos de ranço e outras características indesejáveis, tipo 1. Embalagem de 900 ml. Boa qualidade.	Embalagem de 900ml	2000		R\$	R\$
75	Orégano desidratado: erva seca, sem adulterações e contaminações de qualquer espécie. Pacote de no mínimo 5 gramas.	Pacote de no mínimo 5 gramas	100		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



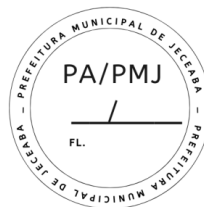
76	Pão de forma integral, bem acondicionado, assado ao ponto. No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto.	Pacote de 500 gramas	600		R\$	R\$
77	Pão francês pesando em média 25 gramas cada depois de assado, fresco do dia da entrega elaborado com farinha de trigo isento de impurezas e corpos estranhos.	Unidade de no mínimo 25 gramas	18000		R\$	R\$
78	Pão francês pesando em média gramas cada depois de assado, fresco do dia da entrega elaborado com farinha de trigo isento de impurezas e corpos estranhos.	Unidade de no mínimo 50 gramas	3000		R\$	R\$
79	Polvilho tipo Azedo, coloração branca, isento de sujidades, com validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega.	Pacote de 1 kg	200		R\$	R\$
80	Polvilho doce, de primeira qualidade, sem sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Validade mínima de 6 meses da entrega.	kg	100		R\$	R\$
81	Sardinha em óleo de soja, comestível, embalagem industrial, peso líquido 125g, preparada com sardinhas frescas, limpas, evisceradas, descabeçadas, descamadas, livre de nadadeiras e submetidas a prévia inspeção sanitária. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Embalagem de 125 gramas	200		R\$	R\$
82	Sal refinado e iodado Refinado, para consumo doméstico, embalagem de 1kg com marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registro no Ministério da Saúde.	Pacote de 1 kg	600		R\$	R\$
83	Suco Concentrado de Abacaxi, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 2 litros	Embalagem de 500 ml	200		R\$	R\$
84	Suco concentrado de caju. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 05 litros. Percentual mínimo de polpa no produto final: 25%	Embalagem de 500 ml	320		R\$	R\$
85	Suco Concentrado de Goiaba, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Suco concentrado de Goiaba. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	Embalagem de 500 ml	220		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



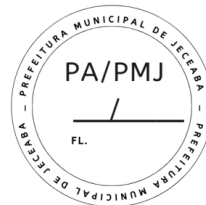
	Rendimento 2 litros					
86	Suco Concentrado de Maracujá, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Suco concentrado de Maracujá. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 4,5 litros	Embalagem de 500 ml	220		R\$	R\$
87	Tempero natural Chimichurri tempero feito a partir da desidratação de algumas ervas, ingredientes: alho, cebola, cebolinha verde, salsa, tomate orégano, pimentão, manjerição, louro, noz moscada, alecrim e sem sinais de presença de insetos e isenta de avarias, bem embalado em sacolas plásticas e atóxicas, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, lote de acordo com a resolução 12/78 da cnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Embalagem de no mínimo 15 gramas	250		R\$	R\$
88	Tempero natural Açafrão em pó, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Deverá estar com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 6 meses da entrega	Embalagem de no mínimo 50 gramas	50		R\$	R\$
89	Trigo para kibe De primeira qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro.	Pacote de 500 gramas	100		R\$	R\$
90	Torrada integral a base de cereais, sem adição de açúcar. Embalagem de no mínimo 120 gramas.	Embalagem de no mínimo 120 gramas	50		R\$	R\$
91	Uva passa escura, sem sementes, sem adição de açúcares, 100% natural.	Embalagem de 500 gramas	100		R\$	R\$
92	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermento acético de maçã hidratada, conservante NSS224, acidez média 4,24 não contém glúten, frasco com 750ml.	Embalagem de 750 ml	200		R\$	R\$
93	Abacaxi com grau médio de amadurecimento de boa qualidade com peso mínimo de 1,0 kg e máximo de 1,5 kg	Unidades	1000		R\$	R\$
94	Abóbora moranga, íntegras coloração e tamanho uniformes. Não serão tolerados os defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo como: podridão, mancha vinho, folha na cabeça, flores peludas, danos físicos e/ou mecânicos. O produto deverá estar, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	kg	550		R\$	R\$
95	Abobrinha Brasileira: de boa qualidade; apresentando o tamanho uniforme e suficientemente desenvolvida; estando livre de enfermidades, defeitos graves que alterem a sua formação e aparência; sem danos de origem	Kg	450		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	física ou mecânica (rachaduras, perfurados e cortes).					
96	Alho tipo branco, graúdo, apresentação grãos com casca, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, qualidade firme e intacto, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas.	kg	600		R\$	R\$
97	Banana Prata extra, grau médio de amadurecimento (macias e pontas verdes). Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, de danos por lesão de ordem física ou mecânica; aroma, cor e sabor próprios da espécie, tamanho desenvolvido e uniforme.	kg	5000		R\$	R\$
98	Batata Baroa de boa qualidade fresca, compacta e firme, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida	kg	200		R\$	R\$
99	Batata Inglesa, de 1ª qualidade; compacto e firme; sem defeitos sérios; apresentando tamanho e conformação uniformes; devendo ser bem desenvolvida, sem manchas esverdeadas e livres de brotos.	kg	4000		R\$	R\$
100	Beterraba, classe extra, fresca; fresca, firme e intacta, com diâmetro equatorial entre (50 a 80) mm, media, ao apresentar defeitos int e ext. que prejudiquem o consumo como, dano profundo, murcho, passado, podridão.	Kg	400		R\$	R\$
101	Cebola, sem réstia, tamanho médio não apresentar defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo com brotado, dano mecânico mancha negra (carvão), parcialmente sem película ou podre.	kg	900		R\$	R\$
102	Cenoura: media, não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo, como: dano mecânico, deformação, injúria ragas, lenhosa, murcha, ombro verde ou roxo, podridão mole, podridão seca, rachada.	kg	700		R\$	R\$
103	Chuchu para consumo fresco, verde claro, médio, com peso entre 250 e 449gr, não apresentar defeitos internos e externos. que prejudiquem o consumo, dano profundo, defeito grave, fibroso e podridão.	Kg	250		R\$	R\$
104	Inhame extra. Deverá estar fresco, isentos de sinais de brotação, mofo, áreas amolecidas ou enrugadas. Livres da maior parte possível de terra aderente à casca. Não serão tolerados defeitos externos ou	kg	400		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	internos que prejudiquem o consumo.					
105	Laranja Pera, casca firme e brilhante, sem qualquer amolecimento ou bolor esbranquiçado nos extremos.	kg	6000		R\$	R\$
106	Limão Taiti. Com tamanhos regulares, de primeira qualidade, sem deterioração, grau médio de amadurecimento, com casca sã, sem rupturas.	kg	100		R\$	R\$
107	Maçã Gala, tamanho médio de 120g a 150g a unidade, grau médio de amadurecimento. Não apresentando manchas, machucaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros de feitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes.	kg	3000		R\$	R\$
108	Mamão Formosa, a fruta deve estar firme, sem manchas, rachaduras ou picadas de insetos, a casca deve estar mais amarela do que verde	kg	400		R\$	R\$
109	Manga, tipo rosa, aspecto globoso, mista verdes e maduras, cor própria com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e sem lesões de origem física, acondicionadas em embalagem própria.	kg	2000		R\$	R\$
110	Melancia redonda média com superfície uniforme (frutas com peso de 8 a 10kg)	kg	8000		R\$	R\$
111	Melão, redondo, casca lisa, gráudo, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta	kg	200		R\$	R\$
112	Ovos branco, tamanho grande, íntegros (sem rachaduras) e sem sujidades na casca	Pente com 30 unidades	700		R\$	R\$
113	Pera argentina, in natura, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa intacta firme, livres de resíduos de fertilizantes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	3000		R\$	R\$
114	Pimentão verde, tamanho médio	kg	150		R\$	R\$
115	Tomate, grau médio de amadurecimento, bem firmes, lisos, de cor uniforme, sem manchas ou rachaduras.	kg	1500		R\$	R\$
116	Carne Bovina em cubos tipo Patinho ou acém, resfriada, limpa e sem gorduras ou similares, sem osso. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1800		R\$	R\$
117	Carne Bovina Moída, tipo patinho ou acém, resfriada, com no máximo 5% de gordura, sem cartilagens e ossos. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1600		R\$	R\$
118	Carne Suína em Cubos, tipo Pernil, limpa e sem gorduras ou similares, sem osso, resfriada. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1800		R\$	R\$
119	Coxa e sobrecoxa de frango, congelado, não temperado. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	200		R\$	R\$



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



120	Coxinha da asa, congelada, não temperada, embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	100		R\$	R\$
121	Filé de Peito de Frango, limpo e sem gorduras e similares, sem osso, sem pele. Congelado, não temperado. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1800		R\$	R\$
122	Linguiça Gomo Suína, resfriada, de boa qualidade. Contendo os seguintes ingredientes: carne suína, sal, condimentos, conservadores e antioxidantes, não contendo carnes mistas. Embalagem resistente que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento. Validade mínima de 30 dias.	kg	1000		R\$	R\$
VALOR TOTAL.....R\$.... (VALOR TOTAL POR EXTENSO)						

A presente proposta tem prazo de validade de 60 dias a contar da data da entrega das propostas, excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

Local/ data.

Assinatura do representante legal da empresa

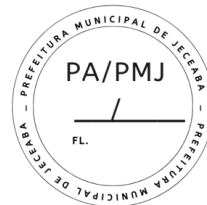
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO Nº PMJ/00/2025

PROCESSO LIC. Nº. PMJ/00/2025

Aos ____ dias do mês de ____ de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de Jeceaba, CNPJ nº 20.356.739/0001-48, situada na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº, Centro, em Jeceaba, Minas Gerais, CEP: 35.498-000, o Município de Jeceaba, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Vasconcelos, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresaCNPJ, situada, representada por....., institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. **004/2025**, cujo objetivo é a formalização para futura, eventual e incerta **aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino**, deste termo às partes, à luz da permissão inserta no art. 15 da Lei 14.133/2021. As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO acima referenciado, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceito-negociadas no certame do **Pregão Eletrônico nº 004/2025**, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para futura, eventual e incerta **aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino**, cujo preço(s) e fornecedor (es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supra citado.

1.2. A entrega dos produtos poderá ser de acordo com os quantitativos e especificações constantes na Ordem de Compra expedida pelo Setor de Compras.

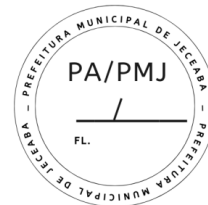
1.3. O Município não se obriga a adquirir o produto constante deste Registro de Preços, podendo até realizar licitação específica para futura, eventual e incerta aquisição de materiais escolares, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



1.4. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão público em todas as esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal que não tenham participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

1.4.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

1.4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

1.4.3. Os Serviços ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

1.4.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

1.5. As quantidades constantes do Anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº **004/2025** acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de XXX de XXX de 2025, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito na conta corrente da empresa, no Banco a ser informado no ato da assinatura da ata, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização da Prefeitura, juntamente com as cópias do CND do INSS, FGTS e CNDT.

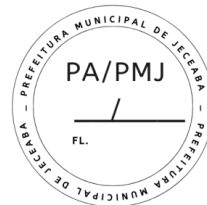
3.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação;



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



3.3. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

3.4. A contratação junto ao fornecedor registrado, após a expedição de Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras será formalizada, por intermédio de Nota de Empenho, nos termos do DA LEI Nº 14.133/2021.

3.5. Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços serão obrigados a retirar as Notas de Empenhos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

3.6. Para instruir a formalização da Nota de Empenho, o contratado deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões negativas de débitos para com a seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e CNDT.

3.7. O pagamento somente será realizado para o produto constante da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS.

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

4.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover às negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

4.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

4.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

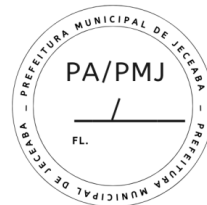
4.4.2. A ordem de classificação do produto que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



- a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d)** Sofrer sanção prevista no art. 156º incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

4.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a)** Por razão de interesse público; ou
- b)** A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

5.1.1. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

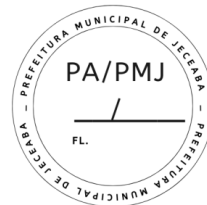
- a)** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b)** A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c)** A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d)** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e)** Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
- f)** Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- g)** No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

5.1.2. Pela Detentora quando:

a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

5.1.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município.

5.2. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

5.3. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

5.4. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

5.5. A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

5.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA E PUBLICIDADE:

6.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

6.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico nº 004/2025**, terá seu extrato publicado no site oficial do município, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

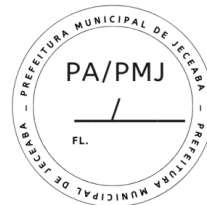
6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



6.4. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO E PRAZO

7.1. Os itens somente serão recebidos após análise do produto, observadas as especificações contidas neste edital e seus anexos, devidamente certificado pela Secretaria Municipal Administração.

7.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos dos produtos.

7.3. Itens em desacordo com as especificações exigidas não serão aceitos, ficando ao encargo da CONTRATADA a substituição.

7.4. Material com irregularidades não serão aceitos.

7.5. O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Edital, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.7. O prazo para a entrega do produto começará a contar da data da Autorização de Fornecimento com conhecimento da CONTRATADA, podendo ser prorrogado pela Administração Pública, caso sejam constatados motivos necessários e relevantes.

7.8. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

8.2. Da Fornecedor-Beneficiária:

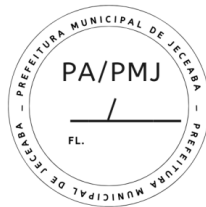
- a)** Executar com pontualidade os serviços/produtos solicitados conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c)** Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços/produtos, objeto da presente Ata;



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- f) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços/produtos descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço.

8.2.1. Todos os **produtos**, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.

8.2.2. Executar os serviço/produto de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

8.3. Do Órgão Gerenciador e a Secretaria Requisitante:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir requisição dos serviços/produtos a serem executados.

8.4. PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO PREVISTOS NESTE EDITAL deverá:

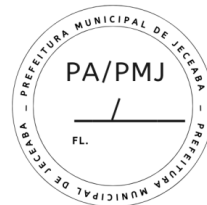
- 8.4.1.** A prestação dos **materiais** será de acordo com a demanda da Secretaria Requisitante, os produtos a serem entregues terão o prazo de 05 (cinco) dias após a Ordem de Compra.
- 8.4.2.** Os serviços/produtos serão conforme emissão da Autorização de Fornecimento.
- 8.4.3.** Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação comprovadas na licitação desse Pregão Eletrônico.
- 8.4.4.** Entregar o produto solicitado no endereço mencionado na Ordem de Compras.
- 8.4.5.** Substituir, às suas expensas o produto com irregularidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- 8.4.6.** Responsabilizar-se pela entrega do produto de acordo com as especificações do fabricante.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



8.4.7. Anexar à Nota Fiscal a certidão negativa de débito junto ao INSS e o Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS e CNDT.

8.4.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

8.4.9. Cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.4.10. Efetuar os serviços/fornecimento dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração e em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

8.4.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

8.4.12. Comunicar à Administração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega/serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, para que se proceda conforme Ata.

8.5. A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em decorrência do fornecimento objeto do presente registro de preço.

8.6. A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao MUNICÍPIO DE JECEABA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

8.7. A CONTRATADA deverá observar outras obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.

8.8. O MUNICÍPIO DE JECEABA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

8.9. É vedada a cessão do contrato e a subcontratação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR E DO MUNICÍPIO.

9.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o MUNICÍPIO DE JECEABA – MG, através da Secretaria Municipal de Educação.

9.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

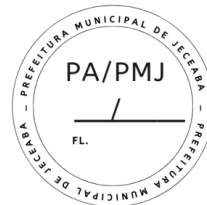
a) Gerenciar a presente Ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



- b)** Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c)** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d)** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f)** Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro (s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- g)** Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos/serviços, através de Servidor designado para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a)** Inexecução total ou parcialmente o contrato;
- b)** Apresentar documentação falsa;
- c)** Comportar-se de modo inidôneo;
- d)** Cometer fraude fiscal;
- e)** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.

11.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.2.2 Multa de:

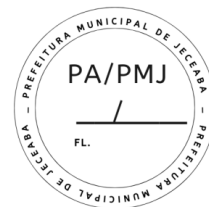
- a)** Moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



b) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

11.2.3 Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jeceaba/MG pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

11.4 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Nacional nº 14.133/2021.

11.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

11.8. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 7, a seguir.

11.9. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 01

Grau Correspondência	% do valor anual do Contrato
1	1%
2	5%
3	10%
4	15%
5	20%
6	30%

TABELA 02

Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Executar entrega incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	1	Por ocorrência
02	Fornecer informação falsa ou substituir material contratado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, o produto contratuais.	5	Por dia e por posto
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo	3	Por ocorrência



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	de seus agentes.		
05	Recusar-se a executar entrega determinada pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência.
08	Deixar de fornecer autorização para o produto.	2	Por item e por ocorrência
09	Deixar de nomear preposto para representá-la durante a execução do contrato.	1	Por item e por ocorrência
10	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrência
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
13	Deixar de Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
14	Deixar de Providenciar alternativas em caso de falta do produto, casos fortuitos ou de força maior.	1	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e do edital do Pregão eletrônico e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

11.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

11.10.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.10.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.11. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021, a obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis

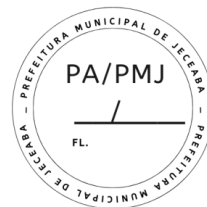
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO CONTRATUAL



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



12.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas em nossa legislação vigente.

12.2. A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a Ordem de Fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas Lei nº 14.133/2021.

12.3. O edital do Pregão presencial integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

12.4. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias vigentes de 2025: 02006001 121220300 2.019 3.3.90.30.00 ficha 170, 02006001 123660380 2.129 3.3.90.30.00 ficha 308, 02006003 123060309 2.022 3.3.90.30.00 ficha 350.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO

14.1. A execução desta ata será gerenciada pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

15.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.2. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

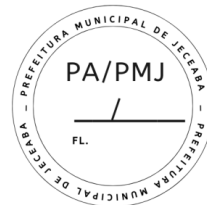
15.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

16.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

16.4. As partes elegem o foro da Comarca de Entre Rios de Minas para dirimir qualquer controvérsia a respeito do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata.

Jeceaba,..... de de 2025.

Fábio Vasconcelos
Prefeito Municipal de Jeceaba

Pela empresa:

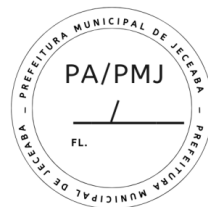
Empresa



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Processo ADM nº 0022025
Contrato nº/2025
Pregão Eletrônico nº 004/2025

O Município de Jeceaba, por sua Prefeitura sediada na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº, centro, Jeceaba, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 20.356.739/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Fabio Vasconcelos, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, sediada na cidade de, MG, com endereço à Rua/Av., - bairro, inscrita no CNPJ sob o nº, representada, neste instrumento, por, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de compromisso de .

FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025** regido pela Lei 14.133/21 e a decreto Municipal 002/2022, homologado pelo Gestor....., em ____ de _____ de ____, que é parte integrante do presente instrumento contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o compromisso de denominada simplesmente **CONTRATADA** celebra o presente contrato de compromisso para futura, eventual e incerta **aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino**, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, nos de acordo com o Termo de Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico nº **004/2025**, que faz parte deste instrumento.

SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

São partes indissociáveis deste Contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Pregão Eletrônico nº **004/2025** e os seus Anexos.

TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato é estimado em R\$..... (.....).

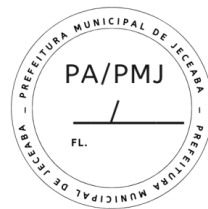
QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



4.1. Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e nota fiscal devidamente atestada por quem de direito e mediante atestado, emitido pelo setor competente, comprovando que a licitante vencedora cumpriu todas as condições pactuadas;

4.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;

4.3. O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária ou cheque nominal;

QUINTA - DO PRAZO

5.1. A vigência do contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar da assinatura e por ser fornecimento contínuo a critério da administração poderá o contrato ser prorrogado até 60 (sessenta) meses na forma do artigo 106, da lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO.

6.1. O sistema de fornecimento dos **materiais** licitados será em entrega parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria Requisitante, mediante requisição do Setor de Compras, que será encaminhada ao fornecedor no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.2. Todos os **materiais** deverão ser entregues mediante Ordem de Compra, no local estipulado para entrega, acompanhado da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento, por funcionário competente, sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

6.3. Prazo de entrega: em 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Compra.

6.4. O Município de Jeceaba se reserva o direito de não receber o produto em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

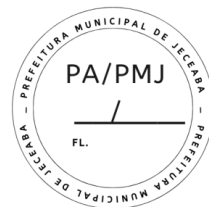
6.5. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verifiquem irregularidades.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



6.6. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens no ato da entrega, reservando-se o Município de Jeceaba o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

6.7. O local de entrega será aquele constante na Ordem de Compra.

6.8. Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes do fornecimento.

6.9. Por ocasião da entrega, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.

6.10. Por ocasião da entrega do produto, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento;

6.11. Constatadas irregularidades nos fornecimento a Administração poderá:

- a)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

7.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando o fornecimento em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade no fornecimento dos produtos;

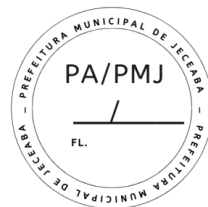
7.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



7.4. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar o fornecimento, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:

- I. Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;
- II. Fornecer materiais de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas vigentes. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei;
- III. Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.
- IV. Não transferir, no todo ou em parte, o fornecimento do produto;
- V. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- VI. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do fornecimento do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.
- VII. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas as suas empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento dos, materiais.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Requisitar, por meio de Requisição de Compras, a prestação dos serviços/produtos, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante e atestar o recebimento gradual do produto.

8.2. Conferir o fornecimento do produto, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos produtos nas condições especificadas.

8.3. Proporcionar condições à licitante vencedora para fornecimento dos materiais dentro das normas estabelecidas.

8.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na prestação dos materiais e interromper imediatamente o fornecimento se for o caso.

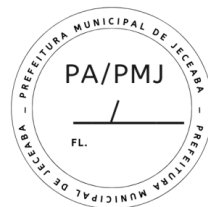
8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



8.6. Impedir que terceiros fornecessem o objeto deste edital.

8.7. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

8.8. Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado da entrega do produto.

NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

9.1. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento;

9.2. Constatadas irregularidades nas peças o CONTRATANTE poderá:

- a)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.3. Nas hipóteses de substituição ou complementação, a CONTRATADA deverá fazê-las em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, imediatamente, contadas da notificação por escrito, mantidas o preço inicialmente contratado;

9.4. O recebimento definitivo dos materiais dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

DÉCIMA - DA REVISÃO DE PREÇOS.

10.1. Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

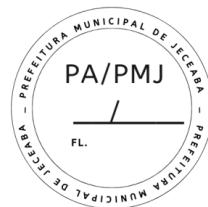
Parágrafo único – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



entre as partes ultrapassar o limite indicado. Econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a)** Inexecução total ou parcialmente o contrato;
- b)** Apresentar documentação falsa;
- c)** Comportar-se de modo inidôneo;
- d)** Cometer fraude fiscal;
- e)** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.

11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.2.2. Multa de:

- a)** Moratória de até 0,1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b)** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

11.2.3. Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jeceaba/ MG pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

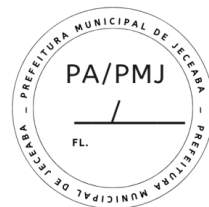
11.4. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Nacional nº 14.133/2021.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

11.8. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 7, a seguir.

11.9. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 01

Grau Correspondência	% do valor anual do Contrato
1	1%
2	5%
3	10%
4	15%
5	20%
6	30%

TABELA 02

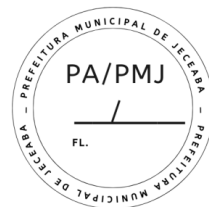
Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Executar entrega incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	1	Por ocorrência
02	Fornecer informação falsa ou substituir o produto contratado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, o produto contratual.	5	Por dia e por posto
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
05	Recusar-se a executar a entrega dos produtos determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência.
08	Deixar de fornecer autorização para o produto.	2	Por item e por ocorrência
09	Deixar de nomear preposto para representá-la durante a execução do contrato.	1	Por item e por ocorrência
10	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou	1	Por dia de ocorrência



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



	determinado pela FISCALIZAÇÃO.		
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação do produto.	1	Por ocorrência e por dia
13	Deixar de Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
14	Deixar de Providenciar alternativas em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maior.	1	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e do edital do Pregão Presencial e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

11.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

11.10.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.10.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.11. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021, a obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas em nossa legislação vigente.

12.2. A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a Ordem de Fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas Lei nº 14.133/2021 com as alterações posteriores.

12.3. O edital do Pregão presencial integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

12.4. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e com alterações posteriores.

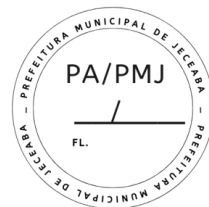
DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICA.



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



13.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações do orçamento do CONTRATANTE: 02006001 121220300 2.019 3.3.90.30.00 ficha 170, 02006001 123660380 2.129 3.3.90.30.00 ficha 308, 02006003 123060309 2.022 3.3.90.30.00 ficha 350.

DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

15.2. A CONTRATADA fica obrigada a, durante a vigência deste contrato, atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo a procrastinação do fornecimento, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.

15.3. As quantidades indicadas no Anexo I deste contrato são estimadas e servem como mera referência, podendo o CONTRATANTE aumentá-las ou diminuí-las de acordo com suas necessidades.

15.4. A recusa da CONTRATADA em retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido na cláusula sétima caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas no subitem 11.1. II, "b" deste contrato.

15.5. Os fornecimentos decorrentes deste contrato serão para todos os fins de direito, tratados como contratações autônomas e independentes.

15.6. Este contrato rege-se pelos preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei 14.133/2021, aplicando-se lhe, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.7. A publicação da síntese deste contrato na Imprensa Oficial será providenciada pelo CONTRATANTE.

15.8. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contratado.

15.9. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

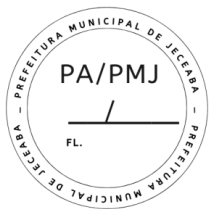
DÉCIMA SEXTA - DO FÔRO



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



É competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento o foro da Comarca de Entre Rios de Minas, MG.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Jeceaba,

Prefeitura Municipal de Jeceaba
Contratante

Contratado

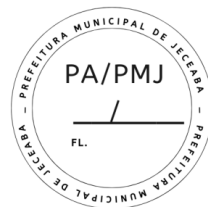
Testemunhas:



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



ANEXO V – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PREÇO

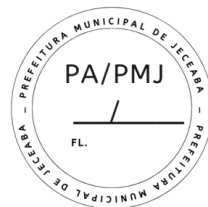
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Achocolatado diet, apresentação: pó, sabor: tradicional, prazo validade mínimo: 18 meses, característica adicional: diet, zero açúcar, com redução de calorias e isento de lactose. Com 35% de cacau. Fonte de vitaminas. De boa qualidade.	Embalagem de no mínimo 180 gramas	100	R\$ 22,54	R\$ 2.254,00
2	Achocolatado, alimento achocolatado em pó, sendo obtido de matéria prima sã e limpa. Rico em cálcio, fonte de ferro e vitaminas. Embalagem de no mínimo 730 gramas.	Embalagem de no mínimo 730 gramas	600	R\$ 19,30	R\$ 11.580,00
3	Açúcar Cristal, branco, sem impurezas, embalagem de 5 kg, resistente e transparente.	Pacote de 5 kg	220	R\$ 20,61	R\$ 4.534,20
4	Adoçante Dietético Culinário Em Pó: Especial Para Cozinha Que Suporta As Altas Temperaturas Do Forno E Do Fogão. Pote com no mínimo 400 g	Pote com no mínimo 400 g	22	R\$ 53,64	R\$ 1.180,08
5	Adoçante líquido dietético , 100% stevia natural e totalmente vegetal. Embalagem mínima de 60 ml	Embalagem mínima de 60ml.	70	R\$ 9,26	R\$ 648,20
6	Amendoim cru em grão de boa qualidade. Pacote de 500 gramas	Pacote de 500 gramas	50	R\$ 8,00	R\$ 400,00
7	Amendoim torrado e moído. Embalagem de 500g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Embalagem de 500 gramas	150	R\$ 8,59	R\$ 1.288,50
8	Amido de milho. Embalagem de 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Caixa de 500 gramas	60	R\$ 6,49	R\$ 389,40
9	Arroz agulha tipo 1, pacote com 05 KG, subgrupo polido, classe longo fino. Isento de sujidades e materiais estranhos. Embalagem em polietileno, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade (mínima de 6 meses), peso líquido. O produto não poderá conter mais do que 5% de quebra. Não será aceita embalagem com qualquer alteração (rasgos ou furos).	Pacote de 5 kg	2000	R\$ 31,28	R\$ 62.560,00
10	Aveia em flocos – Flocos finos, isenta de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem de no mínimo 170 gramas	Embalagem de 170 gramas	150	R\$ 6,97	R\$ 1.045,50
11	Azeite de oliva extra virgem Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	Embalagem de 500 ml	200	R\$ 48,47	R\$ 9.694,00
12	Batata palha; com cor, odor e sabor característicos, crocante, isenta de gordura trans. Embalagem acondicionada em embalagem plástica de 300 A 500 gramas. validade: mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto	Embalagem de 500 gramas	200	R\$ 16,12	R\$ 3.224,00
13	Biscoito Amanteigado – com embalagem Multipacks de 248g com dupla proteção. Sabores variados (chocolate, leite, cocô)	Embalagem de 248 gramas	1400	R\$ 7,43	R\$ 10.402,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



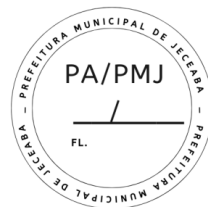
14	Biscoito de arroz integral Sem glúten, sem leite e derivados e sem ovo. Ingredientes: arroz integral e sal iodado. Não deve conter glúten, leite e ovo. O biscoito deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 80g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Embalagem de no mínimo 95 gramas	100	R\$ 15,04	R\$ 1.504,00
15	Biscoito Cream Cracker – consistência crocante– com embalagem Multipacks de 345g com dupla proteção. Contendo no mínimo 3% de fibras alimentares, 0% de gorduras trans, máximo de 10% de sódio.	Embalagem de 345 gramas	1000	R\$ 5,39	R\$ 5.390,00
16	Biscoito cream cracker sem lactose Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar e sal. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Não poderá conter leite e derivados, lactose e nenhum resíduo de leite, devendo ser adequado aos alérgicos à proteína do leite de vaca. Não poderá conter gordura trans, gordura vegetal hidrogenada, colesterol e edulcorantes naturais e/ou artificiais. O produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 83 (Decreto 12.486/78) e RDC Nº 26, de 2 de Julho de 2015.	Embalagem de no mínimo 330 gramas	100	R\$ 6,45	R\$ 645,00
17	Biscoito de polvilho, isento de glúten, formato tipo argola, embalado em sacos plásticos transparente resistentes, pesando 200 gramas. 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto.	Pacotes de 200 gramas	1000	R\$ 7,14	R\$ 7.140,00
18	Biscoito Maisena, contendo no mínimo 2% de fibras alimentares, 0% de gorduras trans e 5% de sódio.Com embalagem Multipacks de 345g com dupla proteção.	Embalagem de 345 gramas	1000	R\$ 4,57	R\$ 4.570,00
19	Biscoito Maisena sem Lactose. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, creme de milho, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, emulsificante: Lecitina de soja, fermentos químicos, bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato de ácido de sódio, melhorador de farinha, metabissulfito de sódio, aroma artificial de baunilha e aroma idêntico ao natural. Embalagem com no mínimo 330G.	Embalagem de no mínimo 330G	80	R\$ 5,86	R\$ 468,80
20	Biscoito Sequilhos. Características Técnicas: Fécula de mandioca, gordura vegetal, leite de coco, açúcar confeiteiro, emulsificante lecitina de soja. sem Glúten, sem ovos e sem lactose. embalagem intacta, acondicionada em pacotes de no mínimo 350g. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações : nome e / ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Embalagem de 350 gramas	200	R\$ 12,72	R\$ 2.544,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



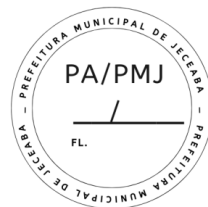
21	Biscoito Tipo Pit Stop, Clube Social, Minuto- Integral. Embalados individualmente por porção.	Embalagem de no mínimo 140 gramas	200	R\$ 4,12	R\$ 824,00
22	Biscoito Tipo Rosquinha, sabores variados (nata, coco, leite, chocolate) embalagem de 350 gramas.	Embalagem de 350 gramas	1400	R\$ 6,06	R\$ 8.484,00
23	Biscoito Tipo Salpete - consistência crocante, em embalagens individuais pacote com 200g.	Embalagem de 200 gramas	1200	R\$ 4,24	R\$ 5.088,00
24	Bisnaguinha – pãozinho tipo bisnaguinha de primeira qualidade. Embalagem de 300 gramas, contendo aproximadamente 15 unidades. Porção de 2 unidades 40 gramas.	Embalagem de 300 gramas	1000	R\$ 8,71	R\$ 8.710,00
25	Cacau em pó, embalagem de 200 gramas puro, contendo 100% cacau, sem açúcar, sem glúten, sem amido de milho. Sem conservantes e outros aditivos. com cor e odor característicos. Com rótulo contendo informação nutricional, identificação, data de fabricação. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	Embalagem de 200 gramas	150	R\$ 20,29	R\$ 3.043,50
26	Canela em pó de boa qualidade, Embalagem de 30 gramas	Embalagem de 30 gramas	60	R\$ 7,78	R\$ 466,80
27	Canjica Branca, produzida com grãos inteiros, tipo 1, são, isentos de sujidades. Embalagem de 500 gramas.	Pacote de 500 gramas	400	R\$ 5,83	R\$ 2.332,00
28	Canjiquinha de milho, amarela, tipo 1, embalada em pacote plástico transparente resistente de 500g. Rótulo com prazo de validade/lote bem visível e informação nutricional.	Pacote de 500 gramas	350	R\$ 3,09	R\$ 1.081,50
29	Coco ralado, sem sacarose, baixo teor de gordura, sem aditivo. Embalagem atóxica de 200 gramas.	Embalagem de 200 gramas	220	R\$ 3,85	R\$ 847,00
30	Condimento de Urucum, em pó, homogêneo. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	140	R\$ 6,22	R\$ 870,80
31	Creme de leite - creme de leite uht homogeneizado, sem necessidade de refrigeração, embalagem 200g, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa. prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Caixinha de 200 gramas	200	R\$ 4,27	R\$ 854,00
32	Creme de leite zero lactose (200g) Creme de leite padronizado a 20% de gordura. Homogeneizado para dietas com Restrição de Lactose - Zero Lactose. Deve ter na embalagem: NÃO CONTÉM GLUTÉN. Embalagem de tetra pack. Embalagem de 200g. A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote. Validade de 12 meses a contar da data da entrega.	Caixinha de 200 gramas	10	R\$ 5,91	R\$ 59,10
33	Ervilha Grãos inteiros selecionados com cor; sabor, odor e textura próprios do ingrediente, deverá também apresentar uniformidade de tamanho e formato. O produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 31 (Decreto 12.486 de 20/10/78) e demais legislações vigentes pertinentes ao produto. Validade mínima de 6 meses da entrega	Embalagem de 170 gramas	100	R\$ 3,56	R\$ 356,00
34	Extrato de Tomates concentrado, feito apenas por tomates sem pele e sementes. Sem adição de açúcar e sal. Embalagens de 300 gramas. A embalagem deve conter a data de fabricação, data de validade, lote. Validade mínima de 3 meses na data da entrega.	Embalagem de 300 gramas	1000	R\$ 3,98	R\$ 3.980,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



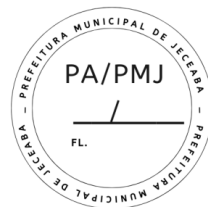
35	Farelo de aveia 100% natural, sem aditivos ou conservantes, lacre de segurança, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de validade, peso líquido, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – cnpa. Validade mínima 6 meses a contar da entrada	Embalagem de 500 gramas	100	R\$ 10,36	R\$ 1.036,00
36	Farinha de aveia, integral, embalagem de no mínimo 165 gramas, de boa qualidade, livre de sujidades, com rótulo, validade e informações nutricionais.	Embalagem de no mínimo 165 gramas	200	R\$ 4,65	R\$ 930,00
37	Farinha de Mandioca Torrada, grupo seco, subgrupo fina, não deve ter cheiro azedo, nem manchas de cor escura, embalagem de 1 quilo com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	300	R\$ 6,73	R\$ 2.019,00
38	Farinha de rosca de boa qualidade. Embalagem contendo 01Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	30	R\$ 12,04	R\$ 361,20
39	Tapioca - Goma de tapioca hidratada, contendo fécula de mandioca, água, antioxidante e conservador, sem sódio. A embalagem deverá conter externamente. Os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico.	Pacote de 1 kg	100	R\$ 12,08	R\$ 1.208,00
40	Farinha de trigo com fermento, especial. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	200	R\$ 5,13	R\$ 1.026,00
41	Farinha de trigo especial. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote de 1 kg	300	R\$ 4,55	R\$ 1.365,00
42	Farinha de Trigo Integral, produto obtido a partir do cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios. Embalagem de 1 kg.	Embalagem de 1kg	100	R\$ 4,94	R\$ 494,00
43	Flocos de milho , tipo flocão pré-cozido, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem c/ 500g e enfiamento (30x500g) livre de fermentação, parasitas, mofo e materiais terrosos a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, embalagem íntegra e isenta de avarias, rotulagem segundo as especificações, conforme dados das disposições da legislação vigente, validade mínima 6 meses a contar da entrada.	Embalagem de 500 gramas	100	R\$ 3,38	R\$ 338,00
44	Feijão Carioca, Tipo 1, novo, constituído de grãos íntegros e sem teor de umidade de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	Pacote de 1 kg	3000	R\$ 5,80	R\$ 17.400,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



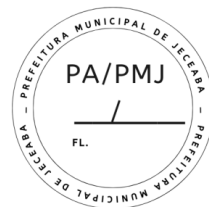
45	Feijão Preto Tipo 1, Novo, de boa qualidade, constituídos de grãos inteiros e sadios, com umidade permitida em lei. Embalagem plástica intacta de 01 kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, pregos, paus. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	Embalagem de 1kg	300	R\$ 7,26	R\$ 2.178,00
46	Feijão Tipo Vermelho, grupo beneficiado, tipo 1 novo, máximo de impurezas de 2%, constituído de grãos inteiros, são, isentos de materiais terrosos, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem atóxica e transparente de 1 kg. Boa qualidade.	Embalagem de 1 kg	300	R\$ 6,67	R\$ 2.001,00
47	Fermento biológico em pó, embalagem de 125 gramas, de boa qualidade.	Embalagem de 125 gramas	30	R\$ 7,81	R\$ 234,30
48	Fermento químico em pó, de primeira qualidade.	Pote de 250g	150	R\$ 11,16	R\$ 1.674,00
49	Fubá de milho, tipo mimoso, grupo seco, subgrupo fino, isento de matéria terrosa, parasitos e larvas; sem fermentação ou ranço; sem bolores ou leveduras. De primeira qualidade. Embalagem transparente de 1 kg.	Embalagem de 1 kg	650	R\$ 3,51	R\$ 2.281,50
50	logurte com preparo de frutas, para dietas com restrição de lactose, de boa qualidade	Embalagem de no mínimo 140 gramas	200	R\$ 4,24	R\$ 848,00
51	logurte com preparo de frutas, zero açúcar, de boa qualidade	Embalagem de no mínimo 160 gramas	250	R\$ 3,40	R\$ 850,00
52	logurte de Frutas comum com polpa de frutas sabores variados, pote de no mínimo 110g. Embalagem contendo: fabricação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde/SIM.	Frasco de no mínimo 110 gramas	10000	R\$ 1,53	R\$ 15.300,00
53	logurte natural, integral, ingredientes: leite e fermento. Produzido com matérias primas limpas, isentas de sujidades.	Embalagem de no mínimo 160 gramas	600	R\$ 3,46	R\$ 2.076,00
54	Leite a base de proteína de soja. Embalagem Tetrapak, embalagem integral e hermeticamente fechada deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	Embalagem de 1 litro	250	R\$ 9,52	R\$ 2.380,00
55	Leite de soja em pó, embalagem de 300g, integral, instantâneo, sabor natural, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou lata de alumínio, limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Data de validade mínima de quatro meses a contar da data de entrega do produto.	Embalagem de 300 gramas	80	R\$ 18,67	R\$ 1.493,60



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



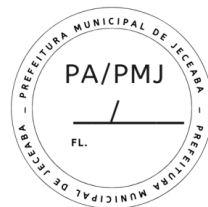
56	Leite Fermentado com lactobacilos vivos (80 ml) pacote com 06 unidades: Ingredientes: Elaborado com leite pasteurizado, fermento e produtos naturais, contendo lactobacilos vivos, podendo conter outros ingredientes desde descrito e conforme legislação vigente Informação Nutricional mínima (80G): Valor energético 43 kcal, carboidrato 8g, proteína 1,6g, cálcio 64mg, Embalagem Primária: Garrafas plásticas (e/ ou caixa treta Pack) de leite fermentado 80g com tampa selo de alumínio. Invólucro com filme plástico com seis unidades. Prazo de validade: No mínimo 30 dias da data de fabricação, com fabricação recente na data da entrega	Garrafas plásticas (e/ ou caixa treta Pack) de 80 ml	3000	R\$ 7,41	R\$ 22.230,00
57	Leite UHT desnatado em embalagem tetrapack de boa qualidade. Contendo os seguintes ingredientes: Leite desnatado, estabilizantes citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio, trifosfato de sódio. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. 0% de teor de gordura. Validade até 4 meses.	Caixa de 1 litro	300	R\$ 6,08	R\$ 1.824,00
58	Leite, em pó, integral, instantâneo. Com conteúdo da matéria gorda maior que 26%. Pó uniforme, sem grânulos, cor branco-amarelada, odor e sabor agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido. Enriquecido com vitamina A e D. Pacote aluminizado de 1 kg. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.	Pacote de 1kg	300	R\$ 35,33	R\$ 10.599,00
59	Leite, líquido, integral, pasteurizado, longa vida. Embalagem tetra pack com 1 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Validade mínima de 3 meses no ato da entrega.	Caixa de 1 litro	8500	R\$ 5,14	R\$ 43.690,00
60	Leite UHT zero lactose, para dietas com restrição à lactose. Embalagem Tetra pack de 1.000ml rotulado conforme legislação vigente. Validade: prazo mínimo de 120 dias da data de fabricação	Embalagem de 1 litro	200	R\$ 5,83	R\$ 1.166,00
61	Leite em pó integral sem lactose leite integral, enzima lactase. Poderá conter vitaminas, minerais e emulsificante lecitina de soja. Não deverá conter gordura trans de adição, corantes, açúcar, edulcorantes e soro de leite. O produto deverá apresentar registro completo no ministério da agricultura CIF/DIPOA, estar de acordo com a NTA 02 e 79 (Decreto 12.486/78), RDC nº 259 de 20 /09/2022, RDC nº 429 de 08/10/2020 e Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020.	Embalagem de 300 gramas	200	R\$ 28,63	R\$ 5.726,00
62	Louro em folhas desidratadas de boa qualidade.	Pacote de no mínimo 4 gramas	100	R\$ 2,33	R\$ 233,00
63	Macarrão de sêmola tipo parafuso Deverá ser fabricado a partir de matérias – primas são e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico, registro no ministério da agricultura – síf. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Pacote de 500 gramas	40	R\$ 5,07	R\$ 202,80
64	Macarrão de sêmola tipo espaguete	Pacote de 500	40	R\$ 3,11	R\$ 124,40



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



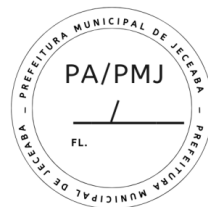
	Deverá ser fabricado a partir de matérias – primas são e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico, registro no ministério da agricultura – sí. Validade mínima de 6 meses da entrega.	gramas			
65	Macarrão, espaguete número 08, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido Macarrão espaguete, com ovos, embalagem resistente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	Pacote de 500 gramas	900	R\$ 4,97	R\$ 4.473,00
66	Macarrão, Padre Nosso, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Pacote de 500 gramas	300	R\$ 4,77	R\$ 1.431,00
67	Macarrão, Parafuso, massa com ovos. Embalagem contendo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido.	Pacote de 500 gramas	500	R\$ 4,65	R\$ 2.325,00
68	Macarrão sem Glúten, massa alimentícia sem glúten, tipo espaguete número 8. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	50	R\$ 7,04	R\$ 352,00
69	Macarrão sem Glúten, massa alimentícia sem glúten, tipo padre nosso. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	50	R\$ 5,84	R\$ 292,00
70	Manteiga com sal, de primeira qualidade. Ingrediente obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura ambiente, textura lisa e uniforme. Sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave característico. Sem odor e sabor estranho. O produto deverá ser registrado no Ministério da Agricultura em embalagens e temperaturas corretas. Embalagem de 500 gramas	Embalagem de 500 gramas	400	R\$ 23,13	R\$ 9.252,00
71	Milho para pipoca, produzido com grãos inteiros, tipo 1, são, isentos de sujidades. Embalagem de 500 gramas.	Embalagem de 500 gramas	600	R\$ 4,57	R\$ 2.742,00
72	Milho verde, milho em conserva, sem alterações de cor, aroma ou sabor, livre de fermentação, mofo ou bolores de qualquer tipo. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem de flandres, com verniz sanitário, recravadas, intacta, limpa, sem ferrugem e sem partes amassadas, sem estufamentos, sem vazamento, corrosão interna e outras alterações. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Embalagem de 170 gramas	200	R\$ 3,16	R\$ 632,00
73	Molho Inglês, composição básica: vinagre, água, molho de soja, condimentos, especiarias. Embalagem de 500ml.	Embalagem de 500 ml	100	R\$ 10,88	R\$ 1.088,00
74	Óleo de soja, refinado, obtido de um único vegetal, com apresentação, aspecto e cor característicos, isentos de ranço e outras características indesejáveis, tipo 1. Embalagem de 900 ml. Boa qualidade.	Embalagem de 900ml	2000	R\$ 8,79	R\$ 17.580,00
75	Orégano desidratado: erva seca, sem adulterações e contaminações de qualquer espécie. Pacote de no mínimo 5 gramas.	Pacote de no mínimo 5 gramas	100	R\$ 2,07	R\$ 207,00
76	Pão de forma integral, bem acondicionado, assado ao ponto. No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto.	Pacote de 500 gramas	600	R\$ 9,20	R\$ 5.520,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



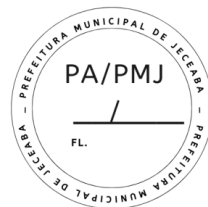
77	Pão francês pesando em média 25 gramas cada depois de assado, fresco do dia da entrega elaborado com farinha de trigo isento de impurezas e corpos estranhos.	Unidade de no mínimo 25 gramas	18000	R\$ 0,55	R\$ 9.900,00
78	Pão francês pesando em média gramas cada depois de assado, fresco do dia da entrega elaborado com farinha de trigo isento de impurezas e corpos estranhos.	Unidade de no mínimo 50 gramas	3000	R\$ 1,01	R\$ 3.030,00
79	Polvilho tipo Azedo, coloração branca, isento de sujidades, com validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega.	Pacote de 1 kg	200	R\$ 9,60	R\$ 1.920,00
80	Polvilho doce, de primeira qualidade, sem sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Validade mínima de 6 meses da entrega	kg	100	R\$ 7,63	R\$ 763,00
81	Sardinha em óleo de soja, comestível, embalagem industrial, peso líquido 125g, preparada com sardinhas frescas, limpas, evisceradas, descabeçadas, descamadas, livre de nadadeiras e submetidas a prévia inspeção sanitária. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Embalagem de 125 gramas	200	R\$ 5,28	R\$ 1.056,00
82	Sal refinado e iodado Refinado, para consumo doméstico, embalagem de 1kg com marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registro no Ministério da Saúde.	Pacote de 1 kg	600	R\$ 1,63	R\$ 978,00
83	Suco Concentrado de Abacaxi, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 2 litros	Embalagem de 500 ml	200	R\$ 5,63	R\$ 1.126,00
84	Suco concentrado de caju. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 05 litros. Percentual mínimo de polpa no produto final: 25%	Embalagem de 500 ml	320	R\$ 4,76	R\$ 1.523,20
85	Suco Concentrado de Goiaba, alto teor de polpa, sem adição de açúcar Suco concentrado de Goiaba. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 2 litros	Embalagem de 500 ml	220	R\$ 6,31	R\$ 1.388,20
86	Suco Concentrado de Maracujá, alto teor de polpa, sem adição de açúcar	Embalagem de 500 ml	220	R\$ 7,72	R\$ 1.698,40



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



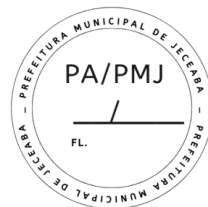
	Suco concentrado de Maracujá. Embalagem PET com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Rendimento 4,5 litros				
87	Tempero natural Chimichurri tempero feito a partir da desidratação de algumas ervas, ingredientes: alho, cebola, cebolinha verde, salsa, tomate orégano, pimentão, manjerição, louro, noz moscada, alecrim e sem sinais de presença de insetos e isenta de avarias, bem embalado em sacolas plásticas e atóxicas, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, lote de acordo com a resolução 12/78 da cnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Validade mínima de 6 meses da entrega.	Embalagem de no mínimo 15 gramas	250	R\$ 4,23	R\$ 1.057,50
88	Tempero natural Açafrão em pó, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Deverá estar com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 6 meses da entrega	Embalagem de no mínimo 50 gramas	50	R\$ 4,39	R\$ 219,50
89	Trigo para kibe De primeira qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro.	Pacote de 500 gramas	100	R\$ 6,59	R\$ 659,00
90	Torrada integral a base de cereais, sem adição de açúcar. Embalagem de no mínimo 120 gramas.	Embalagem de no mínimo 120 gramas	50	R\$ 6,95	R\$ 347,50
91	Uva passa escura, sem sementes, sem adição de açúcares, 100% natural.	Embalagem de 500 gramas	100	R\$ 18,78	R\$ 1.878,00
92	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermento acético de maçã hidratada, conservante NSS224, acidez média 4,24 não contém glúten, frasco com 750ml.	Embalagem de 750 ml	200	R\$ 5,32	R\$ 1.064,00
93	Abacaxi com grau médio de amadurecimento de boa qualidade com peso mínimo de 1,0 kg e máximo de 1,5 kg	Unidades	1000	R\$ 8,16	R\$ 8.160,00
94	Abóbora moranga, íntegras coloração e tamanho uniformes. Não serão tolerados os defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo como: podridão, mancha vinho, folha na cabeça, flores peludas, danos físicos e/ou mecânicos. O produto deverá estar, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	kg	550	R\$ 3,22	R\$ 1.771,00
95	Abobrinha Brasileira: de boa qualidade; apresentando o tamanho uniforme e suficientemente desenvolvida; estando livre de enfermidades, defeitos graves que alterem a sua com formação e aparência; sem danos de origem física ou mecânica (rachaduras, perfurados e cortes).	Kg	450	R\$ 3,25	R\$ 1.462,50
96	Alho tipo branco, graúdo, apresentação grãos com casca, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, qualidade firme e intacto, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas.	kg	600	R\$ 36,22	R\$ 21.732,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



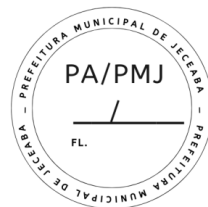
97	Banana Prata extra, grau médio de amadurecimento (macias e pontas verdes). Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, de danos por lesão de ordem física ou mecânica; aroma, cor e sabor próprios da espécie, tamanho desenvolvido e uniforme.	kg	5000	R\$ 4,90	R\$ 24.500,00
98	Batata Baroa de boa qualidade fresca, compacta e firme, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida	kg	200	R\$ 11,11	R\$ 2.222,00
99	Batata Inglesa, de 1ª qualidade; compacto e firme; sem defeitos sérios; apresentando tamanho e conformação uniformes; devendo ser bem desenvolvida, sem manchas esverdeadas e livres de brotos.	kg	4000	R\$ 4,27	R\$ 17.080,00
100	Beterraba, classe extra, fresca; fresca, firme e intacta, com diâmetro equatorial entre (50 a 80) mm, média, ao apresentar defeitos int e ext. que prejudiquem o consumo como, dano profundo, murcho, passado, podridão.	Kg	400	R\$ 3,30	R\$ 1.320,00
101	Cebola, sem réstia, tamanho médio não apresentar defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo com brotado, dano mecânico mancha negra (carvão), parcialmente sem película ou podre.	kg	900	R\$ 3,66	R\$ 3.294,00
102	Cenoura: média, não apresentar defeitos internos e externos que prejudiquem o consumo, como: dano mecânico, deformação, injúria ragas, lenhosa, murcha, ombro verde ou roxo, podridão mole, podridão seca, rachada.	kg	700	R\$ 4,95	R\$ 3.465,00
103	Chuchu para consumo fresco, verde claro, médio, com peso entre 250 e 449gr, não apresentar defeitos internos e externos. que prejudiquem o consumo, dano profundo, defeito grave, fibroso e podridão.	kg	250	R\$ 3,32	R\$ 830,00
104	Inhame extra. Deverá estar fresco, isentos de sinais de brotação, mofo, áreas amolecidas ou enrugadas. Livres da maior parte possível de terra aderente à casca. Não serão tolerados defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo.	kg	400	R\$ 6,27	R\$ 2.508,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



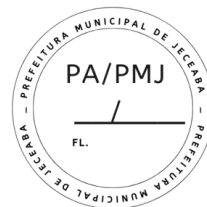
105	Laranja Pera, casca firme e brilhante, sem qualquer amolecimento ou bolor esbranquiçado nos extremos.	kg	6000	R\$ 5,43	R\$ 32.580,00
106	Limão Taiti. Com tamanhos regulares, de primeira qualidade, sem deterioração, grau médio de amadurecimento, com casca sã, sem rupturas.	kg	100	R\$ 4,87	R\$ 487,00
107	Maçã Gala, tamanho médio de 120g a 150g a unidade, grau médio de amadurecimento. Não apresentando manchas, machucaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros de feitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes.	kg	3000	R\$ 9,40	R\$ 28.200,00
108	Mamão Formosa, a fruta deve estar firme, sem manchas, rachaduras ou picadas de insetos, a casca deve estar mais amarela do que verde	kg	400	R\$ 5,04	R\$ 2.016,00
109	Manga, tipo rosa, aspecto globoso, mista verdes e maduras, cor própria com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e sem lesões de origem física, acondicionadas em embalagem própria.	kg	2000	R\$ 4,94	R\$ 9.880,00
110	Melancia redonda média com superfície uniforme (frutas com peso de 8 a 10kg)	kg	8000	R\$ 2,97	R\$ 23.760,00
111	Melão, redondo, casca lisa, graúdo, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta	kg	200	R\$ 5,25	R\$ 1.050,00
112	Ovos branco, tamanho grande, íntegros (sem rachaduras) e sem sujidades na casca	Pente com 30 unidades	700	R\$ 15,60	R\$ 10.920,00
113	Pera argentina, in natura, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, com polpa intacta firme, livres de resíduos de fertilizantes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	3000	R\$ 12,85	R\$ 38.550,00
114	Pimentão verde, tamanho médio	kg	150	R\$ 6,10	R\$ 915,00
115	Tomate, grau médio de amadurecimento, bem firmes, lisos, de cor uniforme, sem manchas ou rachaduras.	kg	1500	R\$ 8,50	R\$ 12.750,00
116	Carne Bovina em cubos tipo Patinho ou acém, resfriada, limpa e sem gorduras ou similares, sem osso. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1800	R\$ 31,25	R\$ 56.250,00
117	Carne Bovina Moída, tipo patinho ou acém, resfriada, com no máximo 5% de gordura, sem cartilagens e ossos. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1600	R\$ 29,84	R\$ 47.744,00
118	Carne Suína em Cubos, tipo Pernil, limpa e sem gorduras ou similares, sem osso, resfriada. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1800	R\$ 19,66	R\$ 35.388,00
119	Coxa e sobrecoxa de frango, congelado, não temperado. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	200	R\$ 11,18	R\$ 2.236,00
120	Coxinha da asa, congelada, não temperada, embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	100	R\$ 15,19	R\$ 1.519,00



MUNICÍPIO DE JECEABA

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48



121	Filé de Peito de Frango, limpo e sem gorduras e similares, sem osso, sem pele. Congelado, não temperado. Embalagem resistente de 1 kg que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento.	kg	1800	R\$ 19,75	R\$ 35.550,00
122	Linguiça Gomo Suína, resfriada, de boa qualidade. Contendo os seguintes ingredientes: carne suína, sal, condimentos, conservadores e antioxidantes, não contendo carnes mistas. Embalagem resistente que contenha especificado o local de origem do produto, data de fabricação e data de vencimento. Validade mínima de 30 dias.	kg	1000	R\$ 16,96	R\$ 16.960,00
VALOR TOTAL.....R\$ 831.348,98 (oitocentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e oito)					